

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ADRIANO VOLNEI ZAGO

Um Estudo sobre a Escolha Amorosa de Mulheres por

Homens na Condição de Presidiário

São Paulo

2011

ADRIANO VOLNEI ZAGO

**Um Estudo sobre a Escolha Amorosa de Mulheres por
Homens na Condição de Presidiário**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre
em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Professora-associada Isabel Cristina Gomes

São Paulo

2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

Adriano Volnei Zago

Um Estudo sobre a Escolha Amorosa de Mulheres por Homens na Condição de Presidiário

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:Assinatura.....

Prof. Dr.

Instituição:Assinatura.....

Prof. Dr.

Instituição:Assinatura.....

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Zago, Adriano Volnei

Um Estudo sobre a Escolha Amorosa de Mulheres por Homens na Condição de
Presidiário / Adriano Volnei Zago; orientadora Isabel Cristina Gomes. - São Paulo, 2011.
107 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de
Concentração: Psicologia Clínica – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Relações conjugais, 2. Amor, 3. Detentos, 4. Psicanálise, 5. Entrevistas I. Título.

BF175.5.024

*Amar diz respeito à autossobrevivência através da alteridade.
E assim o amor significa um estímulo a proteger, alimentar, abrigar;
e também à carícia, ao afago e ao mimo, ou a – ciumentamente – guardar, cercar, encarcerar.*

Zygmunt Bauman (2004)

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª Isabel Cristina Gomes, minha orientadora, pela acolhida em seu grupo de estudos e por acreditar no meu interesse por este tema.

À Marta, melhor amiga, pelo incentivo constante e por acompanhar minha trajetória pessoal e profissional. Meus sinceros sentimentos de gratidão e reconhecimento da importância do seu apoio.

Aos meus tios Mirian e Robes, por me “adotarem” e estarem presentes na minha vida.

Às voluntárias que concederam as entrevistas para esta dissertação, por permitirem que eu participasse de seus relatos amorosos e de vida, e também por proporcionarem minha imersão nesse universo desconhecido que é o amar um parceiro em condições tão específicas.

RESUMO

ZAGO, A. V. *Um Estudo sobre a Escolha Amorosa de Mulheres por Homens na Condição de Presidiário*. 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A presente pesquisa propõe uma reflexão a respeito do estabelecimento do sentimento passional, a partir do qual ocasionará a constituição do casal, tendo-se como foco principal e específico as mulheres que escolhem para parceiro amoroso um homem na condição de presidiário. Um levantamento teórico é feito a partir da leitura de textos psicanalíticos, sobretudo de Freud, bem como de outros autores da Psicanálise e de áreas complementares, como a Sociologia. A escolha objetal, as idealizações projetivas e o narcisismo como base do intrapsíquico são conceituações pertinentes para se tratar alguns dos mecanismos envolvidos nesse tipo de relação. Serão analisadas cinco mulheres voluntárias, a partir de entrevistas semidirigidas, que se enquadram no propósito desta dissertação, pré-selecionadas em um estudo de sondagem realizado na fila de entrada para visita de três Centros de Detenção Provisória (CTP) da região da Grande São Paulo. A idealização é observada como prerrogativa para a escolha e manutenção do relacionamento amoroso em questão. Fatores como a condição de presidiário do companheiro, a visita íntima, os preparativos para o encontro, a ausência do parceiro no cotidiano, a personalidade cuidadora da mulher, o caráter transgressor do homem delineiam algumas das vicissitudes da dinâmica conjugal estabelecida, que expressam, assim, algumas nuances desse tipo de escolha amorosa tão específica.

Palavras-chave: relações conjugais, amor, detentos, psicanálise, entrevistas.

ABSTRACT

ZAGO, A. V. *A Study on Love Choice of Women for Men in the Condition of Prisoner*. 2011. 107 f. Masters Dissertation. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This research proposes a reflection on the establishment of passionate feeling, from which rise up to the couple, having as main and specific focus women who choose as lover a man in the condition of prisoner. A theoretical study is done through the reading of psychoanalytic texts, especially of Freud and other authors from Psychoanalysis and complementary areas such as Sociology. The choice of object, the projective idealization and narcissism as the basis of intrapsychic are relevant concepts for addressing some of the mechanisms involved in this kind of relationship. Five female volunteers will be analyzed (from semi-directed interviews) that fit the purpose of this study, pre-selected in a survey study conducted in the input queue to visit three Provisional Detention Centers (CDP) of the metropolitan area of Sao Paulo. The idealization is seen as the prerogative to choose and maintain the loving relationship in question. Factors such as the condition of fellow inmate, conjugal visits, preparations for the meeting, the absence of the partner in everyday life, women's caring personality, the character of the law-braker man delineate some of the vicissitudes of marital dynamics established, expressing thus, a peculiar context of the universe that involves a choice of love so specific.

Key words: marital relations, love, prisoner, psychoanalysis, interviews.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	11
II. A ESCOLHA AMOROSA POR HOMENS NA CONDIÇÃO DE PRESIDÁRIO.....	14
1. Nos Arredores do Centro de Detenção.....	14
2. Imagem Social e Constituição Psíquica do Presidiário.....	17
III. REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
1. A Ilusão na Escolha Objetal.....	28
2. Narcisismo e Escolha Amorosa.....	31
IV. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA.....	34
1. Objetivo Geral.....	34
2. Objetivos Específicos.....	34
3. Justificativa.....	35
V. MÉTODO.....	37
1. Participantes e Procedimentos.....	37
2. Análise dos Dados.....	39
VI. RESULTADOS.....	40
Caso 1: Anali.....	42
Caso 2: Beatriz.....	49
Caso 3: Carla.....	55
Caso 4: Denise.....	62

Caso 5: Elisa.....	66
Análise Geral.....	72
VII. DISCUSSÃO.....	83
1. A Prisão como Continente de Desejos.....	83
2. A Visita Íntima.....	84
3. Quando É o Outro quem Transgride.....	88
4. A Configuração Familiar do Casal.....	91
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
X. ANEXOS.....	103

I. INTRODUÇÃO

Um fato interessante a respeito da dinâmica de uma unidade prisional masculina é a não interrupção dos laços interpessoais entre a população encarcerada e o mundo externo, os quais, na maioria das vezes, não são desfeitos com a prisão do sujeito. Isto é evidenciado, sobretudo, pelas imensas filas formadas no lado de fora das cadeias brasileiras, nos finais de semana, constituídas predominantemente por esposas, namoradas, mães e irmãs.

A demanda dessas mulheres evidencia uma peculiaridade do universo carcerário: os homens quando presos geralmente não perdem seus vínculos familiares e/ou conjugais, o que não ocorre com as mulheres presas, para as quais “perder o companheiro enquanto cumprem pena é o destino aceito”. Este fato foi abordado por Drauzio Varella (2008) em um artigo publicado pela Folha de S.Paulo,¹ no qual discute essa diferença concomitante de gênero, embora, em seu texto, ele deixa claro que deseja traçar apenas uma constatação de tal situação e não discutir a “sociologia da ingratidão machista ou percorrer os meandros da afetividade feminina”.

Diante desse quadro diferencial e das discussões acerca das novas configurações familiares realizadas no Laboratório de Família e Casal do Instituto de Psicologia da USP (dirigido pela Prof^a Isabel Cristina Gomes), surgiu o interesse em percorrer justamente o caminho apontado pelo Dr. Drauzio: os meandros da afetividade feminina nesse contexto específico. Como é um assunto de grande amplitude, tomou-se como foco principal a constituição do casal formado pela mulher que **escolhe iniciar** e manter um relacionamento amoroso com o homem que já se encontrava em condição de cárcere.

¹ Caderno Ilustrada, p. E15, de 16 de fevereiro de 2008.

Para iniciar o contato empírico com o objeto de pesquisa, a escolha do ambiente penitenciário se deu por se saber da existência de um espaço para encontros íntimos permitidos e já institucionalizados em quase toda a rede carcerária brasileira, conhecido como “visita íntima”,² que representa a permissão para esposas, amásias e namoradas “oficiais” dos presidiários realizarem os encontros íntimos no horário de visita-padrão, o que não impede que outras formas de aproximação e redes de relacionamentos também se desenvolvam no dia da visita.³

Assim, nas longas filas para a entrada, no horário de visita, em três Centros de Detenção Provisória (CDP)⁴ deu-se início ao estudo de sondagem para observação e coleta de dados para esta dissertação, sendo nas entrevistas preliminares em tais filas que foram conhecidas algumas voluntárias que se enquadravam na proposta deste estudo.

A abordagem psicanalítica é tomada como referencial teórico nas argumentações e na análise da escuta de tais mulheres, pois, como muito bem expresso por Lamanno (1993):

Da psicanálise advém a idéia de que todos nós temos a ilusão original representada pelo desejo de retornar a um estado ideal, livre de conflitos, um estado onde impera a recusa de separação de corpos e de indivíduos, de perda e do luto, do tempo e da morte. Temos também uma memória inconsciente que registra tudo: infância, mãe, pai, irmãos, o mundo relacional onde se desenrola a trama psíquica de Narciso a Édipo. (p. 12)

O fenômeno da *ilusão* é aqui discutido e compreendido como um mecanismo pelo qual o sujeito pode estabelecer uma ligação entre os seus impulsos objetais e a realidade, a fim de

² O documentário “Visita Íntima” (2005, direção de Joana Nin) aborda alguns casos de mulheres cujos relacionamentos amorosos se enquadram nessa condição.

³ Resolução nº 01, de 30 de março de 1999, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, publicada no Diário Oficial de 5 de abril de 1999, Seção 1.

⁴ CDP Chácara do Belém I, na cidade de São Paulo; CDP de São Bernardo do Campo e CDP de Diadema, na região do Grande ABC, em São Paulo.

dar acesso ao objeto passional, o qual, com base no estabelecimento ilusório, se mostrará então suficientemente detentor de propriedades satisfatórias para captar a mulher, desta pesquisa, na relação amorosa. Assim, acerca do conceito de ilusão, Freud anuncia que:

Não devem ser chamadas de ilusão as conjeturas que determinam nossas regras políticas? E não é o caso que em nossa civilização as relações entre os sexos são influenciadas pela ilusão erótica ou por uma variedade de tais ilusões? (FREUD, 1927, p. 43)

A distensão do vínculo com a realidade vai mais longe; a satisfação é obtida através de ilusões, reconhecidas como tais, sem que se verifique permissão para que a discrepância entre elas e a realidade interfira na sua função. A região onde essas ilusões se originam é a vida da imaginação; na época em que o desenvolvimento do senso de realidade se efetuou, essa região foi expressamente isentada das exigências do teste de realidade e posta de lado a fim de realizar desejos difíceis de serem levados a termo. (FREUD, 1930, p. 88)

Considerando a realidade como indiscutivelmente insuficiente para concretizar de fato os desejos de uma pessoa, o imaginário e a função simbólica se instalam como forma de assimilar e aproximar as necessidades inconscientes àquilo que o real não consegue satisfazer. Fica claro o paradoxo desenvolvido na dinâmica do comportamento humano de modo geral, ou seja, “o caráter paradoxal da função simbólica consiste em estabelecer relações irreais para permitir a adaptação do homem à realidade” (AUGRAS, 1980, p.10).

Além disso, a compreensão dos mecanismos psicológicos que conduzem as mulheres em questão a adotarem esse tipo de escolha objetual é motivada, considerando-se entre outros fatores, a um encantamento suscitado pela imagem do transgressor, dinâmica esta já muito bem apontada por Freud (1914) em “Sobre o narcisismo: uma introdução”:

(...) pois parece muito evidente que o narcisismo de uma pessoa exerce grande atração sobre aqueles que renunciaram a uma parte de seu próprio narcisismo e estão em busca do amor objetual. (...) Realmente, mesmo os grandes criminosos e os humoristas, conforme representados na literatura, atraem nosso interesse pela coerência narcísica com que conseguem afastar do ego qualquer coisa que o diminua. (1914, p. 95-96)

II. A ESCOLHA AMOROSA POR HOMENS NA CONDIÇÃO DE PRESIDIÁRIO

1. Nos Arredores do Centro de Detenção

No dia da visita ao detento, seja no sábado, seja no domingo, a fila na entrada dos Centros de Detenção Provisória (CDP) começa a se formar ainda de madrugada, algumas horas antes de o portão ser aberto não pontualmente às 8h da manhã. Mulheres chegam de diversas partes da região metropolitana de São Paulo, trazendo com elas muitas sacolas repletas de garrafas de refrigerante, maços de cigarro, roupas, papel higiênico, outros produtos de higiene pessoal, bem como variadas vasilhas do tipo *Tupperware* contendo comida caseira. Há rostos cansados, outros animados, outros apressados. A vontade de chegar cedo à fila é justificada pelo tempo gasto no demorado processo das revistas. Quem consegue um lugar na frente otimiza seu período dentro do CDP, no qual o horário da visita é encerrado costumeiramente às 16h. As últimas da fila, muitas vezes, conseguem entrar apenas por volta das 13h, 14h. Algumas se atrasam e, após o início do arrastar lento e monótono da fila em direção à entrada, vão chegando, a passos largos, com certo desequilíbrio no andar dado o esforço para carregar ao mesmo tempo as sacolas e o filho de colo, afinal, a pequena criança também precisa visitar o pai.

A diversidade dos tipos físicos é gritante. A média de idade fica entre os 20 e 30 anos para as esposas e amásias, e entre os 40 e 50 anos para as mães. Na verdade, as esposas e namoradas representam avassaladores 70% do público total da visita. Há jovens cuidadosamente produzidas e maquiadas, há as mais tímidas vestidas de modo comum, há gordinhas, negras, mulatas, brancas, senhoras. Há algumas muito bonitas, a contento dos padrões preestabelecidos de beleza, como loiras de olhos verdes, porém, as menos favorecidas na aparência são a maioria, as quais não deixam de possuir um certo charme sensual expresso

em suas atitudes de carinho, afinal, são elas que passam a semana toda preparando, comprando e acondicionando todos os itens da sacola, ou acordam às 4h da madrugada daquele mesmo dia a fim de preparar a comida fresca para agradar o seu companheiro preso. Há um frescor inocente nas atitudes. Há muita simplicidade.

Nas proximidades do CDP, como é de costume acontecer quando há qualquer aglomeração de pessoas, forma-se um pequeno centro comercial. São barracas improvisadas, tipo camelôs, que comercializam de tudo um pouco, como sacolas plásticas, roupas, lanches, garrafas de refrigerantes, bolos, café, maços de cigarro, ou servem também como guarda-volumes (principalmente de celulares das visitantes, por ser proibida a entrada no local portando o aparelho).

Em ruas próximas à entrada dos CPDs⁵ forma-se uma fileira com dezenas de barracas de *camping*, onde mulheres de cidades mais longínquas passam a noite. Ali se pode observar as “esposas” ainda acordando, também com os filhos pequeninos, de rostos inchados e adormecidos, a trocar de roupa ou a escovar os dentes na beira da calçada.

Apesar das dificuldades expressas pela maioria delas, o que fica evidente e implícito na atmosfera criada nas adjacências da fila de espera é o caráter de *evento* que o dia da visita é tomado. Há o verdadeiro empenho em trazer tudo o que o preso precisa ou pediu, em chegar num horário pertinente, em estar arrumada, em estar disposta a desconsiderar os constrangimentos das revistas efetuadas pelas agentes penitenciárias, bem como os inconvenientes da completa falta de privacidade no ato da intimidade sexual. Na fila, o que predomina é um clima leve, de conversas travadas entre as amigas ali constituídas, de ingênua ansiedade.

Enfim, é fato concreto que tais mulheres representam uma demanda pertinente ao universo penitenciário e detêm um papel fundamental para se refletir acerca de formas de

⁵ Exceto o CDP de Diadema.

configurações familiares diferenciadas. Pelos dados apresentados na Tabela 1, a seguir, pode-se ter uma noção generalizada a respeito das visitas feitas aos presos, ficando evidente que a maioria delas é representada por mulheres que mantêm um vínculo conjugal ou amoroso com o detento, o que denota a iniciativa delas em se disporem a formar um novo estilo de dinâmica conjugal, cuja presença física da figura masculina não é mais prerrogativa para o seu cotidiano. Assim, outros enlaces permeiam suas escolhas amorosas, sobre os quais surgem processos de conjugalidade coesos e emaranhados às suas necessidades e especificidades intrapsíquicas. Apesar dessa grande porcentagem (70%, ou seja, 191 mulheres entre as 275 entrevistadas no estudo de sondagem), apenas nove afirmaram ter conhecido os parceiros enquanto estes estavam em cárcere ou que já tinham envolvimento consistente com a criminalidade. Contudo, um número substancial de entrevistadas comentou ter conhecimento de algum caso de mulher que havia procurado se envolver com um sujeito já preso, evidenciando ser uma prática usual e conhecida.

Das nove, cinco representarão os estudos de caso analisados nesta dissertação. Seus nomes foram alterados para a preservação da identidade delas.

Tabela 1 – Quem as mulheres entrevistadas* vão visitar em três Centros de Detenção Provisória (CPD) da Grande São Paulo.**

Vínculo conjugal ou amoroso		Vínculo consanguíneo[#]	
Marido/amásio ^{##}	66%	Filho	20%
Namorado	4%	Irmão/pai	10%
Total	70%		30%

*Total de 275 mulheres.

**CDP Chácara do Belém I, na cidade de São Paulo/SP, CDP de São Bernardo do Campo e CDP de Diadema, na região do Grande ABC, no Estado de São Paulo.

[#] Apesar de presentes, na porcentagem, foram desconsiderados os bebês e as crianças.

^{##} Considerou-se a denominação empregada pelas entrevistadas. Mesmo quando **não** casadas legalmente, nesses casos, a maioria denomina o companheiro com o termo “marido”.

2. Imagem Social e Constituição Psíquica do Presidiário

O *presidiário*, pela definição do dicionário da língua portuguesa, é “aquele que cumpre pena em presídio” (HOUAISS, 2009), porém, nesta dissertação, ele será observado para além dessa definição simples: será tomado pela percepção da mulher que o escolhe por desejar manter um relacionamento amoroso com ele. É o homem que abarca, a partir de sua conduta antissocial e de sua condição prisional, idealizações e ilusões provindas do imaginário dessas mulheres, de forma a se tornar um potencial provedor de amores e desejos.

Podemos fazer um delineamento da imagem social do presidiário iniciando por uma concepção mais romantizada, privilegiada pela produção literária do sujeito que transgredir por causas mais nobres, contra as injustiças sociais, etc., causando admiração por seu desbravamento e espírito aventureiro, transgressor das regras opressoras da sociedade. Aquele que inspira o amor recolhido de mocinhas guardadas em seus quartos a sonhar com a liberdade invejável do amado idealizado, como os exemplos da ficção Robin Hood e Zorro. Nesse sentido, Hobsbawm, em “Bandidos”, menciona que:

Na imagem cultural literária ou popular do bandido existe mais que a documentação da vida contemporânea em sociedades atrasadas ou o anseio por aventura ou perda inocência nas adiantadas. Existe aquilo que fica quando eliminamos a moldura local e social do bandoleirismo: uma emoção permanente e um papel permanente. Há a liberdade, o heroísmo e o sonho de justiça. (1969, p. 132-133)

Embora essa imagem seja factível em algumas instâncias, aqui serão abordados os aspectos sociais nos quais se encontra contextualizada a figura do criminoso.

Punição e recuperação são dois termos fundamentais para se refletir acerca do desenvolvimento histórico do aparelho social repressivo perante o transgressor. Trata-se, antes

de tudo, do tipo de relação estabelecida pelo homem com as normas sociais. Relação esta observada principalmente pela Sociologia, a qual irá nos dizer que: “É sempre em torno da relação com as normas que as explicações da transgressão criminal gravitam.” (ROBERT, 2007, p. 125). Assim, um fenômeno crucial para se pensar a criminalidade é a repressão da transgressão, com a qual o Estado tem forte entrelaçamento, de acordo com duas interessantes observações do autor:

O enfraquecimento da autoridade pública e de sua legitimidade autorizam certa brutalização das relações sociais (2007, p. 139).

Os Estados, sob a pressão de preocupações de segurança, tendem a privilegiar as respostas penais, ainda que elas dificilmente bastem para satisfazer as expectativas de segurança dos cidadãos (2007, p. 170).

Além disso, há de serem incluídos os aspectos culturais, que contribuem para a formação da imagem do presidiário. Conforme Pellegrino, no caso da realidade brasileira atrelada ao capitalismo selvagem, a crise do Brasil: “Corresponde minuciosa e cuidadosamente ao tipo de crise capaz de produzir o sintoma da criminalidade.” (1984, p. 7). Ainda segundo este autor:

A criminalidade dos miseráveis, dos famintos, dos desesperados, dos revoltados, exprime uma forma perversa de protesto social, que não conduz a nada e, sem dúvida, piora tudo. O delinqüente, ao cometer o seu crime, não pretende nenhuma transformação da sociedade. Ao contrário, busca identificar-se imaginariamente com o seu inimigo de classe, copiando-lhe caricatamente os defeitos e deformidades. (PELLEGRINO, 1984, p. 7)

A diferença do caráter heroico-transformador do criminoso idealizado pela literatura e a realidade expressa por Pellegrino ocorre no sentido de que o criminoso busca uma identificação (ou aproximação) com o objeto do crime. Este é um sujeito que deseja aquilo que não possui devido às suas condições socioculturais, o que faz com que rompa a ordem social a fim de adquirir o que pertence ao outro, que faz parte inevitavelmente de uma classe social diferente da do criminoso.

As diferenças de classe fundamentadas nos fatores capitalistas incutidos na realidade brasileira trazem sentimentos de distinções entre os atores sociais, de modo que aqueles que se sentem perdedores na sociedade: “Esforçam-se para permanecer inseridos na dinâmica do consumo mediante uma delinqüência de expropriação massiva e buscam fazer-se ouvir mediante explosões de provocação e de pequena violência.” (ROBERT, 2007, p. 171).

Pellegrino (1984) realiza uma aproximação entre as questões intra e extrapsíquicas do sujeito, de modo a evidenciar a existência do “pacto social” que legitima o convívio em sociedade (a Lei da Cultura), e que o rompimento desse pacto pode ser observado da seguinte forma:

Essa ruptura, fraudadora e conspurcadora da dignidade humana, pode levar ao desespero, à cólera, à revolta. O trabalhador tenderá a repelir o pacto social e os sacrifícios que exige. Tal repulsa, por outro lado, em virtude da solidariedade que existe entre o pacto social e o pacto edípico, pode vir, por retração, a provocar uma ruptura do pacto edípico, ao nível da realidade intrapsíquica. (...) Com a ruptura do pacto edípico, ocorre o retorno do recalado, para usarmos a expressão freudiana. A barreira do recalque, rompida, liberta o enxurro dos impulsos antes contidos: predação, homicídio, incesto, estupro, roubo e violência de todo tipo passam a ter livre curso na conduta. Estão implantadas as condições extra e intrapsíquicas para uma epidemia de criminalidade, como sintoma de patologia social. (PELLEGRINO, 1984, p. 6-7)

Conforme análise levantada por Lewgoy et al. (1991, p. 162) na obra “Marginalidade e Controle Social”, são observadas três reações possíveis diante de um estado de minoria (como exemplos são citados os jovens, as mulheres, os homossexuais, os prisioneiros, os dissidentes):

1) a recuperação, 2) o acordo ou 3) a exclusão. Os autores ainda afirmam que:

A pobreza é causa de problemas relacionados com emprego, habitação, alimento, transporte, saúde, educação, inércia física, conflito familiar, segurança física e econômica. Os filhos de famílias pobres terão menores oportunidades para competir num mundo de trabalho para sair do círculo de miséria em que vivem e das dificuldades familiares. (LEWGOY et al. 1991, p. 162)

Dada a condição de rompimento do pacto social com a consequente atuação transgressora do criminoso, a sociedade irá se armar com mecanismos de punição e recuperação do sujeito, e entra em jogo a maquinaria dos presídios como instrumento de contenção dos atores criminais e com o propósito de recuperá-los. Nesse sentido, Foucault analisa na obra “Vigiar e Punir” (1983) a construção histórico-social do conceito de “prisão”, abordando uma ordem de transmissão de conhecimentos criminais que só a instituição prisional pode ter como função, pois, segundo ele: “A prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras.” (1983, p.235). Além disso, levanta a hipótese de que as formas para se atingir a recuperação dos detentos na prisão estão fracassadas. Sobre isto afirma também:

E do mesmo modo que o projeto de uma técnica corretiva acompanhou o princípio de uma detenção punitiva, a crítica da prisão e de seus métodos aparece muito cedo, nesses mesmos anos de 1820-1845; ela aliás se fixa num certo número de formulações que – a não ser pelos números – se repetem hoje sem quase mudança alguma. As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta. (...) A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos. (FOUCAULT, 1983, p.235)

Desde a sua criação, a prisão teve como função a privação da liberdade do sujeito criminoso e em consequente ocorreu sua função técnica de corrigi-lo, conforme argumentado por Foucault: “O encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos.” (1983, p.209)

Esses dois aspectos parecem fundamentais para tomar como referência na pesquisa desenvolvida para esta dissertação, pois, no discurso das mulheres analisadas, caracterizariam o parceiro diante da sociedade, fundamentando a imagem do marido/namorado prisioneiro como: 1) aquele que está detido por seus crimes (liberdade restringida) e 2) aquele que está em

fase de correção (transformação de conduta). Ambas as instâncias, segundo a perspectiva dessas mulheres, fazem parte de uma imagem do companheiro que não mais existirá após a saída dele da prisão (estará livre e transformado), sendo inerente apenas à condição de presidiário, condição esta que, em contradição, as motivaram a procurá-los.

Essa situação é reforçada pelo estudo de Paixão (1987) na obra “Recuperar ou Punir?”, quando se refere à imagem da prisão como uma organização de paradoxos e dilemas, em que: “Ao eliminar o suplício e a vingança como estratégias de castigo de criminosos, as sociedades modernas inventaram a penitenciária como o *locus* institucional de sua punição e recuperação.” (PAIXÃO, 1987, p. 83)

Outro importante fator relacionado à imagem do presidiário diz respeito ao universo sobre o qual o mesmo está inserido, ou seja, a cultura em que a criminalidade está atrelada. Conforme menciona Faleiros, o delito é considerado: “Como uma subcultura segundo a qual haveria uma carreira criminosa para responder a determinadas expectativas e significações do próprio mundo do crime.” (FALEIROS, 2004, p. 13)

Sob essa perspectiva, é impossível desconsiderar a existência de uma cultura do crime, cujos personagens estarão envolvidos de acordo com papéis estabelecidos na ordem criada para reger essa cultura. Uma figura que emerge desse contexto é a do *malandro*, a qual, no mundo do crime, pode ser considerada uma das principais formas de representação. Além dessa representação no ambiente prisional, na cultura brasileira, segundo Dealtry (2009), chamar alguém de malandro pode ser tanto um elogio, para aquele que aproveitou uma boa oportunidade, quanto um xingamento, para um sujeito trapaceiro.

De acordo com Ramalho: “Ser *malandro* é ter adquirido uma série de características próprias de quem pertence à massa, principalmente no que se refere à experiência e ao ‘conhecimento’ de suas regras de procedimento” (1979, p. 63). Em seu estudo acerca do mundo do crime e seus personagens, realizou um levantamento fundamentado nos discursos de

presos sobre a condição estabelecida na dinâmica penitenciária em que cumpriam a detenção. A partir dos diversos depoimentos colhidos por Ramalho, este autor assim denomina a figura do malandro:

Na verdade, é como se os presos estivessem referidos em suas formulações, a um modelo ideal de *malandro* que supõe a prática de muitos crimes, a habilidade para escapar sempre da polícia e o cumprimento das regras do “proceder” da *massa*, a não “caguetagem”, a solidariedade para com os companheiros. (RAMALHO, 1979, p. 66)

Outra denominação interessante incutida no mundo prisional, mencionada no estudo de Ramalho, é a concepção do *vagabundo*, que irá opor-se à do *malandro*. Segundo o autor:

Vagabundo designa-se um preso que não roubou para vir para a prisão e roubar é o traço básico do *malandro*. A descrição de *vagabundo* em geral corresponde à de um mendigo, ou desempregado, que a polícia pega e manda para a cadeia e não tem ligação com a *massa do crime*. Para os presos, o *malandro* é o “cara que é profissão marginal”, que vem para a cadeia “porque a polícia traz”, enquanto o *vagabundo* “arruma um jeito de vir para cá.” (RAMALHO, 1979, p. 74)

É importante levar em consideração o referencial sobre o qual partem as denominações, ou seja, para o mundo do crime (sob a óptica dos depoimentos dos prisioneiros do estudo de Ramalho), existe uma diferença fundamental entre *malandro* e *vagabundo*, sendo que, muitas vezes, tal diferença não é explícita para as concepções da sociedade em geral, a qual inclusive admite a figura do *malandro* como sendo um sujeito “esperto”, que se dá bem facilmente nas coisas que faz, e que não está correlacionado necessariamente a delitos graves para ser considerado “malandro” (como, por exemplo, o roubo). Embora haja uma confluência de denominações, é relevante observar que os personagens são dispostos de acordo com seu contexto sociocultural.

A partir de um referencial teórico psicanalítico, Farias (2010) aborda no livro “Por que, afinal, matamos?” sua pesquisa que contempla relatos de diversos detentos. Ele desloca a condição criminal para a dimensão subjetiva a fim de “situar a criminalidade no campo do desejo: o crime é humano, está no homem, faz parte da condição humana.” (p. 129). O autor relata que daquilo que extraiu do encontro com criminosos pôde traçar as seguintes considerações:

Encontramos duas categorias de criminosos: os circunstanciais (aqueles que cometem um único crime) e os que adotam a atitude de permanência no crime em termos de uma insistência repetitiva. Seja numa categoria ou noutra, pude observar que o crime representa um tipo de apelo. Dito em outras palavras: a relação do criminoso com o crime e com a lei nos leva a pensar na distinção entre lei simbólica e a lei real, pois certamente pelo crime, o criminoso faz o seu encontro com a lei. (FARIAS, 2010, p. 130-131)

Além de realizar essa classificação, Farias menciona que, ao tomar a Psicanálise para interpretar a questão da crueldade, não existe uma “categoria universal de criminoso como uma estrutura subjetiva” (2010, p. 136). Este autor ainda afirma o seguinte:

Não acreditamos que a criminalidade deva ser pensada como uma particularidade de dada estrutura clínica, como ocorreu durante séculos relacionar o criminoso à subjetivação perversa. Não obstante, queremos ressaltar que o criminoso com seu ato espera alguma coisa, já que o endereça a alguém, mas também nutre, de forma torpe, a esperança de que tal ato converta-se em alívio para seu desconforto e para as agruras próprias do viver. (2010, p. 136)

Ribeiro (2002) expõe que o sujeito considerado criminoso, por meio do aparato da justiça criminal, será “excluído do grupo social a que ele anteriormente pertencia” (p. 5). Assim, segundo a autora:

No momento em que o indivíduo é excluído do grupo a que anteriormente pertencia, ele é forçado a participar de uma subcultura desviante e organizada. A partir da interação com os membros mais experientes desse novo grupo, o criminoso é socializado em seus novos valores. (RIBEIRO, 2002, p. 5)

Além disso, Ribeiro cita três estágios em que passa a condição de transgressor:

1. Motivação do ator social para a execução de um ato contrário a moral predominante na sociedade.
2. Desenvolvimento de interesses desviantes em detrimento dos conformistas com a ordem e procedimentos vigentes.
3. Transformação da identidade do ator social, na medida em que ele modifica sua natureza essencial de valores e os anseios que pretende materializar. (RIBEIRO, 2002, p. 4-5)

O aparelho repressor da criminalidade evidencia a grande predominância de sujeitos presos pertencentes às classes sociais menos favorecidas, porém, Ribeiro contra-argumenta que esse indício não mais condiz com a produção de criminalidade. De acordo com ela:

O senso comum de que a miséria gera criminalidade não mais se efetiva nos tempos modernos na medida em que os criminosos não mais anseiam a exclusiva satisfação do consumo. Os transgressores passam a ter propósitos múltiplos com sua ação desviante e assim, o crime se dissemina em toda a estrutura social, principalmente, entre os detentores do poder político, os quais irão procurar elaborar determinadas leis que garantam a sua não incorporação pelo sistema de justiça criminal. (RIBEIRO, 2002, p. 5)

Em vista disso, os sujeitos que têm menos possibilidades de defesa jurídica (por questões econômicas) são justamente aqueles que acabam detidos e condenados pelo regime prisional. São esses homens os observados nesta dissertação através da narrativa das mulheres que os procuram para se relacionarem. São indivíduos pertencentes a uma estratificação social desfavorecida, cujas esposas/namoradas, apesar de também se encontrarem em condições sociais desprivilegiadas, são detentoras de um perfil cuidador e maternal diferenciado, e que irão apoiar o companheiro, independentemente do nível ou grau de criminalidade cometido por ele.

Em detrimento a um sistema prisional brasileiro que se mostra extremamente deficiente, não atendendo a sua finalidade e tornando-se uma grande escola do crime, Alvino Augusto de Sá (1998, p. 117-123) afirma serem de duas ordens os principais problemas do cárcere: 1) aqueles decorrentes da má gestão da coisa pública – em função da falta de pessoal

administrativo, de segurança, de agentes penitenciários com adequada formação técnica e profissional; 2) a falta de interesse político, que resulta na precária infraestrutura dos presídios diante da superpopulação carcerária.

Afirmar, atualmente, que a pena de prisão e o cárcere não recuperam ninguém é simplesmente dizer o óbvio (SÁ, 2007, p. 111). De modo similar, dizer que em vez de “recuperar” a prisão e o cárcere degradam o detento, hoje não significa nenhuma novidade.

Num momento em que se está discutindo sobre as bases conceituais de um sistema penitenciário, o autor acima evidencia a importância de especificar e ressaltar alguns aspectos sob a óptica psicológica dessa degradação da pessoa do preso, decorrente da pena de prisão e da vida carcerária.

Segundo Sá (2007), a vida carcerária é uma vida em massa, sobretudo para os presos, e como consequência lhes acarreta uma verdadeira desorganização da personalidade, ingrediente central do processo de “prisionização”. Entre os efeitos da prisionização, que marcam profundamente essa desorganização da personalidade, o autor destaca os seguintes: a perda da identidade e a aquisição de nova identidade, o sentimento de inferioridade, o empobrecimento psíquico, a infantilização e a regressão. O empobrecimento psíquico acarreta, entre outros fatores, o estreitamento do horizonte psicológico, a pobreza de experiências, as dificuldades de elaboração de planos a médio e longo prazos.

Em vista das colocações de Sá (1998, 2007), fica claro que o encarceramento não cumprirá sua função utópica, dentro da realidade brasileira, de adequar o indivíduo preso aos padrões sociais e recolocá-lo na sociedade com sua conduta corrigida e regenerada. Essa emblemática realidade não foge ao conhecimento generalizado da sociedade, porém, foge à consciência das mulheres aqui analisadas. Elas nutrem a esperança de que seus companheiros, dentro do sistema penitenciário, irão se regenerar. A cargo de suas idealizações, algumas trazem em seu discurso, que imaginam a prisão exercendo de fato a função de corrigir a

conduta antissocial de seus parceiros e que essa instituição será capaz de devolvê-los ao núcleo familiar de maneira revitalizada, sob a perspectiva de se tornarem pais de famílias trabalhadores e maridos zelosos.

III. REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo da compreensão generalizada de como se processam as escolhas amorosas com base no referencial psicanalítico (sobretudo de Freud), será desenvolvida uma articulação desse referencial com a escolha objetal específica vivenciada pelas mulheres que optam pelo presidiário como parceiro, para, então, com tal percurso teórico se realizar um delineamento acerca da singularidade desse tipo de escolha e, conseqüentemente, da formação do casal.

Assim, a apresentação, a seguir, dos conceitos *escolha objetal*, *ilusão* e *narcisismo* tem como intuito realizar uma correlação desses fundamentos, tomados à luz da Psicanálise intrapsíquica, com a dinâmica relacional vivida pelas mulheres dos casos estudados.

O conceito de *ilusão* aqui definido em hipótese alguma sugere uma desqualificação do desejo das mulheres investigadas, por oposição a outra escolha que seria mais legítima, mas é uma aposta do autor desta dissertação de que a ilusão é um conceito bastante apropriado para tentar definir o mecanismo que envolve essas mulheres a fim de iniciar o apaixonamento e/ou interesse amoroso pelo homem em condição de presidiário.⁶

Freud (1930) relaciona os fatores da ilusão com o papel que a fantasia passou a desempenhar na vida mental do ser humano, assim, diz ele:

A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. A fim de suportá-la, não podemos dispensar as medidas paliativas. Existem talvez três medidas desse tipo: derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela. (...) As satisfações substitutivas, tal como as oferecidas pela arte, são ilusões, em contraste com a realidade; nem por isso,

⁶ Observar as duas importantes definições de Freud sobre *ilusão* [1927 e 1930] transcritas na Introdução da presente dissertação.

contudo, se revelam menos eficazes psiquicamente, graças ao papel que a fantasia assumiu na vida mental.
(FREUD, 1930, p. 83, grifo meu.)

O mecanismo colocado em questão vai além de um desejo em relação ao outro, trata-se de criar uma ilusão sobre a figura de quem o outro pode ser no imaginário daquela que o deseja. Uma das definições de ilusão contidas no Dicionário Houaiss (2009) é assim sintetizada: “4. fantasia da imaginação; devaneio, sonho, químera”, definição esta que pode abranger o que ocorre na maior parte dos casos estudados aqui: mulheres que vão à procura de um homem, sobre o qual desconhecem suas reais características (físicas, inclusive) e criam, pelo mecanismo da idealização, neste caso específico, a ilusão que desempenha um papel de intermediação entre o desejo de constituir um relacionamento e a realidade.

1. A Ilusão na Escolha Objetal

A *escolha objetal* é um dos conceitos trabalhados nesta dissertação, e, por *objeto*, podemos tomar a seguinte definição de Mandelbaum:

O termo objeto designa aqui uma pessoa, ou parte dela, com que o sujeito, o ego, está em relação. Em forma e conteúdo, o objeto é composto de elementos advindos da experiência emocional vivida com essa pessoa, ou com partes suas. (2008, p. 66)

A autora indica que as concepções teóricas e técnicas mais centrais da teoria kleiniana abrangem “a noção de que todo ser humano é habitado por um mundo interno composto por objetos e relações entre esses objetos, sendo o funcionamento psíquico expressão dos processos dinâmicos continuamente em operação nestas relações.” (MANDELBAUM, 2008, p. 66)

No livro “Psicoterapia de Casal” (2006), Gomes e Porchat descrevem a abordagem psicanalítica da relação a dois e dos desdobramentos das escolhas do sujeito e do seu convívio com o outro. Afirmam que, embora haja grande diversidade entre as ideias e princípios teóricos, todos os terapeutas de casal que têm como referencial a teoria das relações objetais “concordam que a busca pelo vínculo, pela ligação com o outro, é a força motriz básica do ser humano e que essa ligação pode ser uma fonte de preenchimento e realização” (2006, p. 137).

É importante deixar claro que o conceito de ilusão aqui discutido, ao longo de todo o texto, está relacionado ao objeto de escolha passional. É diante da figura do parceiro imaginado, idealizado e fantasiado das mulheres analisadas, que as concepções de ilusão são hipotetizadas e desenvolvidas.

Como a ilusão, segundo Freud (1927), não precisa ser confirmada pelo real para se manter, devendo ao menos existir uma ínfima possibilidade de sintonia com o real de que o desejo/sonho possa acontecer, podemos levantar a suposição de que a relação objetal pode estar ancorada sobre uma ilusão – visto que as qualidades projetadas no objeto são criadas pelo sujeito – em que o objeto permanece como fonte de gratificação entre o real (mundo externo) e o desejo interno do sujeito. Para que esse desejo do sujeito seja vivenciado, a ilusão passional recria elementos tanto da experiência desejada quanto da experiência real com os objetos parentais – experiências e desejos estes provindos de muitos estágios de desenvolvimento e condensados através de um mecanismo imediatamente perceptível da idealização.

A realidade dificilmente terá a amplitude necessária para sustentar o idealizado, porém, a negação primária da realidade ocorre só até certo ponto, pois os objetos externos pertencentes à realidade têm existência e movimentos próprios dos quais a criança não detém controle absoluto e, por isso, percebe que não se pode viver exclusivamente de ilusão, por causa da autonomia que os objetos externos acabam mostrando, podendo daí se cogitar o surgimento do processo simbólico como uma espécie de substituto em continuidade à ilusão. Diante disso, Pellegrino (1987) argumenta que:

Há, entretanto, um momento em que a realidade externa começa a cobrar seus direitos. A criança começa a perceber que os objetos capazes de satisfazê-la transcendem sua possibilidade de criá-los a seu bel prazer. Eles têm existência própria, densidade própria, movimentos próprios, vão e voltam, se ausentam, se separam da criança sem que esta possa ter sobre eles controle absoluto. (p. 320)

Criamos a hipótese de que em decorrência de uma tentativa de amenizar a angústia da falta deste “controle absoluto” sobre os objetos, o fenômeno da ilusão se dispõe num processo sutil de funcionamento na mente, sendo uma espécie de intermediário para satisfazer as demandas do sujeito diante, por exemplo, do objeto passional.

Considera-se que a criança alucina as experiências de satisfação, colocando-as sob o amparo do princípio de prazer, aparecendo, assim, no psiquismo primitivo, a necessidade ou o desejo sob a forma dos objetos capazes de satisfazê-los. Diante disso, um desses objetos de satisfação vai ser entendido, posteriormente em sua vida, como o objeto passional, que surge carregado de simbolizações em prol das necessidades primárias de correspondência ao que se imagina ser satisfatório. Em relação a isto, Kehl (1987) menciona que:

Todas as situações vividas pela criança em seus primeiros contatos com suas demandas pulsionais e com as formas apaixonadas que essas pulsões vão adquirindo são revividas na paixão amorosa. A primeira fantasia que surge nas relações apaixonadas da vida adulta é a da restauração do nosso narcisismo primário; a primeira esperança do(a) apaixonado(a) é a de reencontrar no ser amado sua total completude. (...) A verdade é que as fantasias do início de uma relação apaixonada não concedem existência própria ao outro, que se torna um depósito das fantasias mais arcaicas, um representante da possibilidade de restauração do narcisismo ferido. (p. 478 e 479)

Retomando, a condição humana de criar ilusões para realização de seus desejos pode também ser relacionada ao sentimento passional, o qual acomete o sujeito numa ilusão da existência de um *outro* (objeto passional) detentor de atributos que poderão suscitar investimentos em direção a tal objeto, o que pode ser o desencadeador de sentimentos

nascidos, a partir – entre outros fatores – da atuação do acervo de impressões infantis esquecidas (ou recalçadas).

O Eu tanto quanto o corpo participam de uma mesma característica: existe sempre um momento em que o Eu não se satisfaz mais exclusivamente com o prazer ligado a um pensamento fonte de prazer, e em que decide marcar seus pontos na cena da realidade. Apesar desta contabilidade ser frequentemente, para não dizer sempre, decepcionada pelo excesso de ilusão, de espera, ou pelo excesso da demanda, isto não impede o fato de que haverá sempre um momento em que o Eu fará suas contas e pedirá contas à realidade. (AULAGNIER, 1985, p. 114)

Assim sendo, podemos considerar que o processo ilusório é uma ferramenta articulada no jogo sutil e sofisticado da escolha objetal que induz à percepção, no outro, de elementos de interesse para o eu. Nesse contexto, Angelo (1995, p. 47) menciona que: “A escolha do parceiro se baseia então num jogo de *vazios* e *cheios* que permite, justamente por meio de sua interação dinâmica, que o relacionamento prossiga e evolua, ou que, pelo contrário, seja interrompido”.

2. Narcisismo e Escolha Amorosa

Quando Freud (1914) estende a noção do narcisismo para além da psicopatologia, abre espaço para se reavaliar as questões do eu e todo o processo que o sujeito desenvolve em prol de uma constituição interna de valores e ideais, pois parece que, em princípio, tudo gira em torno de si (o eu), a partir, obviamente, das diferentes possibilidades de percepções do mundo externo complexo sobrepostas sobre o eu.

O aspecto amoroso visto sob o pressuposto narcísico compreende a forma atuante de captar o outro para si, em moldes que capacitem o objeto a ser integrado naquilo que o desejo internalizado constituiu; em contrapartida, a primazia do inconsciente pode fazer com que a

base narcísica não seja rompida, e, com isso, ocasionar na relação o invólucro unilateral “eu comigo mesmo”. Apesar da simplicidade conceitual, podemos levar em conta, na prática do relacionamento de um casal, a seguinte menção de Gomes e Porchat (2006, p. 150): “Quando se leva a dinâmica inconsciente ao extremo, isto é, quando ocorrem muitas identificações projetivas na relação, quando é muito o que é projetado e identificado, pode-se dizer que cada parceiro não está se relacionando com o outro, mas consigo próprio.”

Aulagnier (1985) é mais contundente na questão do papel do narcisismo na escolha objetual, sobre a qual acredita que o outro pensado seria uma reconstrução do trabalho do pensamento do eu. De modo categórico exprime:

O investimento pelo Eu do representante pensado do outro é, como todo investimento presente entre o Eu e um pensamento, uma relação que liga o Eu a um elemento que pertence a este conjunto de representações que não são nada mais que o próprio Eu. (...) sempre insisti na impossibilidade de separar radicalmente libido de objeto e libido narcísica. Há sempre uma parte, um traço de si mesmo que amamos no outro, ainda que seja a imagem que o outro nos remete de nós mesmos enquanto objeto amado. (AULAGNIER, 1985, p. 112)

Difícilmente conseguimos articular os elementos de escolha que realmente não foram criados e desenvolvidos a partir das questões do eu. O outro para o eu é um conjunto de representações e possibilidades pensadas, imaginadas e idealizadas que quase não permite dissociar as questões narcísicas do processo de projeção na escolha passional. Seria possível, portanto, conforme muito bem pontuado por Aulagnier (1985), separar a libido de objeto da libido narcísica?

Modell (1973) também demonstra o caráter narcísico instituído na dinâmica passional, ao afirmar que:

Permanece sempre um desejo de fusão, de incorporação, de desaparecimento da própria separatividade. O amante cria, do amado, uma imagem que nasce de seu mundo interior. De certo modo, trata-se de uma projeção de uma parte de si mesmo. Dá-se um processo recíproco por parte do amado. É como se o processo de amar consistisse numa fusão e participação de substâncias psíquicas; o que o amante atribui ao amado ele reincorpora por meio de uma identificação. (p. 67)

Uma idealização é projetada no outro como significante daquilo que o eu desenvolveu como ideal, e o eu ideal seria fundamental para motivar o sentimento passional, em particular quando se capta no outro uma espécie de realização das representações internas. Assim, para que o processo passional se instale, há a tendência de se projetar no outro as expectativas de tudo o que é bom no campo das idealizações do eu, bem como Freud (1914, p. 107) anunciou: “Tornar a ser seu próprio ideal, como na infância, no que diz respeito às tendências sexuais não menos do que às outras – isso é o que as pessoas se esforçam por atingir como sendo sua felicidade”.

Há casos em que a busca pelo outro é, na verdade, algo complementar à estruturação do eu, pois, o que se deseja passionalmente é amar e possuir aquilo que se aproxima ao que se é ou aquilo que se deseja ser (nos níveis do real e do ideal). O outro exerce o papel de configurar/materializar as idealizações narcísicas. No entanto, cabe questionar se o objeto passional é de fato o outro ou está servindo de mascaramento do amor direcionado a si mesmo, visto que estamos fundamentalmente propensos a desejar no outro tudo aquilo que estamos habituados a aceitar/valorizar em nós mesmos. Assim, Freud (1914, p. 101) afirmou que: “O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal.”

O narcisismo também pode ser observado na escolha objetal como um processo que não deixa de lado as idealizações próprias do sujeito (narcísicas), porém, cria uma *carga de fixação narcísica* expressa no ato de projeção das idealizações no outro, constituídas *a partir* dos paradigmas narcísicos. De certa forma, portanto, um instrumental é desenvolvido capaz de representar no outro possibilidades e motivações para a formação de um relacionamento objetal. Sobre isto, Meyer (2002) afirma que:

Visto da perspectiva do relacionamento objetal, o narcisismo representa uma fuga para o objeto interno idealizado, uma fusão entre o objeto e o *self*, uma defesa que termina tornando indistinguíveis os limites entre o sujeito e o objeto. (p. 126)

IV. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

1. Objetivo Geral

A presente dissertação tem como objetivo geral compreender e analisar, a partir de um referencial psicanalítico intrapsíquico, as razões implicadas numa escolha objetal específica, representada por mulheres que escolhem o presidiário que se encontra nesta condição para iniciar e manter um relacionamento amoroso.

2. Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, outros pontos são observados e desenvolvidos na pesquisa, sempre a partir da percepção das mulheres entrevistadas, tais como:

- O desdobramento da formação do casal constituído pela mulher que escolhe o presidiário (que traz implícito seu caráter criminoso, delinquente e/ou antissocial), realizando-se uma análise, inclusive a partir da literatura sociológica, da imagem social construída do presidiário/criminoso, a fim de servir como aporte para pressupostos pertinentes ao processo de idealização sobre o qual as mulheres desta pesquisa se direcionam a tal classe de homens.
- A compreensão do fenômeno passional como uma das gêneses da formação conjugal (bem como as vicissitudes da passionalidade), tendo como base o entendimento da *escolha objetal* desenvolvida pelas mulheres em questão.

- A caracterização do espaço criado na prisão denominado “visita íntima” como um lugar também de projeções passionais, bem como as redes de relacionamentos que se formam a partir dele.

3. Justificativa

Pressupondo-se que o ser humano precisa iniciar seu processo de constituição a partir de uma posição, de um lugar e que esse lugar não é físico, mas é um lugar na subjetividade do outro, não é possível falar de alguém sem que se fale de um outro. Então, a lógica é correlacionar as primeiras instâncias constitutivas do sujeito num outro representante de figuras fundamentais dentro da relação familiar e, posteriormente, no desenvolvimento de outros vínculos vividos, por exemplo, na conjugalidade. Em se tratando de uma abordagem psicanalítica, a família pode ser tomada segundo a seguinte observação de Roudinesco:

O romance familiar freudiano supunha com efeito que o amor e o desejo, o sexo e a paixão estivessem inscritos no cerne da instituição do casamento. (...) A concepção freudiana da família, como paradigma do advento da família afetiva, apóia-se em uma organização das leis da aliança e da filiação que, embora instituindo o princípio do interdito do incesto e da perturbação das gerações, leva todo homem a descobrir que tem um inconsciente e portanto que é diferente do que acreditava ser, o que o obriga a se desvincular de toda forma de enraizamento. Nem o sangue, nem a raça, nem a hereditariedade podem doravante impedi-lo de alcançar a singularidade de seu destino. (2003, p. 88 e 89)

Tal singularidade pode implicar no entendimento da dinâmica do casal, colocando-se em pauta não aquilo que se pensa estar certo ou errado, e sim quais são as motivações inconscientes frente à relação que se circunscreve, principalmente quando se trata de uma

escolha objetiva específica, como é o caso das mulheres observadas nesta dissertação, que investem num relacionamento com um presidiário, o qual acaba gerando diversas peculiaridades, que fazem desta escolha algo pertinente à análise e tentativa de compreensão.

Como o “enquadre conjugal é resultado da articulação da estrutura relacional narcisista e de modelos identificatórios edípicos e sociais, de acordo com determinações inconscientes” (MAGALHÃES, 2003, p. 242), a subjetividade do fenômeno passional pode apresentar certos parâmetros a fim de ampliar a visão da forma como cada parceiro articula suas “exigências” para com o outro no interjogo da constituição e manutenção das relações amorosas.

Além do mais, foi constatada a quase nula produção acadêmico-científica sobre o tipo específico de escolha amorosa por presidiários, justificando a relevância desta pesquisa, sendo apenas encontradas descrições ou citações em revistas não acadêmicas, ao mesmo tempo em que se observou certa visibilidade da questão retratada em algumas mídias. Como exemplos, cito um programa de reportagem em TV aberta brasileira (SBT Repórter, 2009), que abordou o tema das mulheres que se relacionam com o presidiário; o documentário “Visita Íntima” (2005); o filme sul coreano “Fôlego” (2007); e, na internet, alguns *sites* americanos de relacionamento amoroso, que inclusive disponibilizam fotos e perfis de presidiários que desejam ser contatados (<www.meet-an-inmate.com/male> e <www.inmatesforyou.com>) e algumas comunidades no Orkut brasileiro (tais como “Eu Amo um Presidiário”, “Eu Amo um Preso”, “Eu Amo Alguém que Está Preso”, etc.).

V. MÉTODO

1. Participantes e Procedimentos

Esta dissertação foi desenvolvida por meio de pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas com voluntárias do sexo feminino, que se enquadram no perfil do objeto de estudo. O contato com elas ocorreu em três Centros de Detenção Provisória – CDP – (do Belém, de São Bernardo do Campo e Diadema – SP), masculinos, no horário de visita, onde o pesquisador as abordou de modo informal, enquanto estas permaneciam na fila de entrada, pouco antes da abertura do Centro de Detenção no seu horário habitual de visita. Em uma breve conversa inicial, cinco voluntárias se dispuseram a dar continuidade ao estudo concedendo outras entrevistas de modo a possibilitar a utilização de seus relatos como *estudos de caso* para esta dissertação.

A escolha do ambiente presidiário se deu pelo fato de ser conhecida a existência de um espaço para encontros íntimos permitidos e já institucionalizados por quase toda a rede carcerária brasileira (mesmo que não oficializado legalmente), denominado “visita íntima”. Este horário de visita íntima é destinado a esposas e namoradas “oficiais” dos presidiários; porém, não impede que outras formas de aproximação e redes de relacionamentos se desenvolvam nesse contexto, ou seja, algumas familiares dos detentos aproveitam o horário de visita normal para observar e entrar em contato com pretensos parceiros amorosos, por exemplo, a esposa de um detento apresenta um amigo dele, de dentro do CDP, a uma amiga sua fora da prisão e, a partir de então, iniciam um relacionamento, o qual a inserirá no programa organizado à população carcerária para a visita íntima.

O trabalho foi realizado em duas etapas: a primeira envolvendo um estudo de sondagem preliminar nos arredores dos três Centros de Detenção Provisória escolhidos para obtenção do objeto de estudo: mulheres que escolheram o homem em condição de presidiário para iniciar um relacionamento, nos quais foi observada a dinâmica exterior do local e também foram entrevistadas 275 mulheres nas filas de entrada ao CPD. Nesta fase, utilizou-se apenas bloco de anotações para coletar alguns dados essenciais das entrevistadas, como exemplo, idade, grau de parentesco com a pessoa a ser visitada e, quando esposa/namorada, se o conheceu enquanto o mesmo estava preso ou em liberdade.

A segunda etapa se efetivou na realização de uma entrevista com cada uma das cinco voluntárias que conheceram seus parceiros enquanto estes já se encontravam presos e se predispuseram a conceder uma entrevista posterior. Foi feito um acompanhamento dos casos, individualmente, por meio de entrevistas semidirigidas (Anexo 1), utilizando-se de gravador e bloco de anotações para a captação dos dados para análise. Um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (conforme modelo, no Anexo 2) foi apresentado e explicado às voluntárias, de modo que assinaram diante de sua compreensão dos termos da pesquisa e consentimento. As entrevistas foram realizadas em local reservado, em data e horário escolhidos de comum acordo entre pesquisador e entrevistadas, em quase todos os casos, na residência de cada uma delas (exceto no caso 5, em que a voluntária preferiu conceder a entrevista num local público).

Por motivos éticos e para evitar eventuais constrangimentos para as participantes, seus nomes serão omitidos, bem como eventuais características pessoais muito específicas que possam denunciar a identidade delas; tal condição de anonimato também foi anunciada a elas como prerrogativa da pesquisa.

2. Análise dos Dados

Inicialmente realizou-se a transcrição literal das entrevistas. Em seguida, partiu-se para a análise dos discursos, sendo feita uma categorização de tópicos recorrentes, segundo critérios de relevância e repetição.

A análise do material coletado foi estruturada com base no referencial teórico psicanalítico, dando margem à interpretação de suas características psicológicas a partir do discurso coletado nas entrevistas.

Avaliou-se também os aspectos da vida pessoal das entrevistadas e seu contexto sociocultural, com o intuito de se levantar conflitos e/ou ambiguidades em seu discurso e propiciar a implicação de fatores conscientes e inconscientes, observando-se a interface entre psíquico e social.

VI. RESULTADOS

A Tabela 2, a seguir, apresenta um quadro geral com as características das cinco participantes desta pesquisa, servindo como um esquema ilustrativo para a análise desenvolvida.

Tabela 2 – Características gerais das entrevistadas.*

Caso	Idade	Escolaridade	Atividade profissional	Reside com	Tempo de relação	Idade do(s) filho(s)
1. Anali	33	Ensino médio incompleto	Trabalha em metalúrgica e manicure	Os pais e o filho	3 anos	1 ano e 5 meses
2. Beatriz	21	Ensino médio incompleto	Não trabalha	Sogra, cunhados, e o filho	Mais de 2 anos	1 ano e 3 meses
3. Carla	26	Ensino fundamental completo	Vigilante patrimonial	A filha	7 anos	5 anos
4. Denise	36	Ensino fundamental incompleto	Doméstica (desempregada) e diarista	Quatro filhos	3 meses (namorado atual) / 3 anos (namorado anterior)	Adolescentes**
5. Elisa	23	Ensino médio incompleto	Trabalha em casa de família e cuidadora	Os pais	1 ano e 3 meses	Não possui

* Dados referentes à ocasião em que foram concedidas as entrevistas.

** Filhos de outros relacionamentos.

Antes de iniciar a descrição aprofundada de cada caso, vale ressaltar que a figura dos companheiros é observada numa relevância bastante secundária, e, quando eles são mencionados, obviamente, o são com base no discurso estrito das mulheres. Porém, o pesquisador percebeu, na análise geral das entrevistas, que evitou trazê-los mais efetivamente

para o discurso das mulheres por conta da seguinte precaução: trata-se de homens que cometeram atos criminosos e estão presos em Centros de Detenção Provisória, locais, teoricamente, apropriados para os sujeitos cujos processos na justiça estão em andamento ou em vias de definição. Logo, a proposta do pesquisador em solicitar entrevistas com suas companheiras poderia causar um impacto de desconfiança neles (o que de fato ocorreu explicitamente no caso de Elisa⁷ e em outras pré-entrevistadas que negaram a participação na pesquisa por “imposição” do parceiro). Assim, propositadamente evitou-se abordar o ato transgressor em si bem como as características criminais que pudessem fomentar a fantasia da entrevistada (atravessada pela fantasia do próprio preso) de que o pesquisador estaria fazendo uma “investigação” por questões/ordens judiciais. Foi um ato de preservação pessoal, visto que todas as voluntárias detinham diversas informações do pesquisador (nome completo, endereço, telefone, etc.) expressas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pois uma via do documento fora entregue a cada uma delas.

⁷ Elisa (Caso 5), no início da entrevista, antes de o pesquisador ligar o gravador, comentou que o namorado a tinha advertido para ela ter cuidado com o que iria falar. Também no final da conversa disse estar aliviada porque as perguntas tinham sido “tranquilas” para ela.

Caso 1: Anali⁸

[Tempo total da entrevista: 53 minutos]

Entrevista realizada na casa de Anali, em que se encontravam presentes, na ocasião, a mãe e o filho. Explicou que tinha acabado de tomar banho e aproveitado para dar banho também na mãe, a qual sofria de problemas mentais, após um derrame. A mãe permaneceu na cozinha, local onde foi realizada a entrevista, em pé a maior parte do tempo, enquanto o filho de Anali ficou em seu colo no início, depois saiu em busca de algo para brincar (no caso, as panelas do armário).

Anali é uma mulher com 33 anos de idade, falante e desembaraçada. Possui o ensino secundário completo e, apesar de trabalhar em uma metalúrgica, participa de eventuais cursos de especialização em estética (manicure, técnicas de cabelo, etc.) para aprimorar sua fonte de renda complementar em que realiza trabalhos como manicure. Mora com o pai, a mãe e o filho de 1 ano e 5 meses, filho este do seu atual relacionamento com um presidiário, com o qual se casou legalmente. Reside numa casa bastante humilde e afirma ajudar nas despesas da casa. É a primeira vez que se envolve com um preso, que cumpre pena de quatro anos e oito meses. Ela nunca cometeu nenhum ato criminal.

Algumas peculiaridades familiares foram percebidas nos seguintes dados: a mãe é portadora de deficiência mental após ter sofrido um derrame, tendo necessidades de cuidados especiais por parte de Anali. O pai quase não aparece em seu discurso e ela possui dois irmãos que deixaram a casa para seguir carreira militar em outro Estado brasileiro. Não há nenhum conhecimento de casos de membros familiares envolvidos com a criminalidade. Por ser mulata, foi vítima de preconceito racial pelo sogro, visto que este é branco. Apesar disso, o

⁸Todos os nomes apresentados são fictícios, a fim de preservar a identidade das participantes da pesquisa.

sogro se instalou em sua casa no período que vivia em companhia do marido quando ele estava fora da prisão.

Apresenta uma história interessante sobre como conheceu o seu marido, de certo modo atípica em relação às formas como outras mulheres iniciam o contato com o presidiário. Anali vivia como amásia do irmão do atual marido; ambos trabalhavam e o então amásio não tinha nenhuma passagem criminal, vivendo de modo pacato e honesto. Numa ocasião, o atual marido fugiu do presídio e foi se esconder na residência do irmão, fazendo com que Anali se sentisse bastante atraída por ele logo no primeiro instante em que o mesmo surgiu na casa. Como ela trabalhava apenas no período da manhã, nas tardes se dava o convívio apenas entre os dois, fato que aumentou o interesse mútuo, surgindo “um apego, um carinho”. Nesse período, nada mais íntimo aconteceu e ele acabou sendo descoberto e detido pela polícia dentro da casa. Passado algum tempo ela se separou do irmão dele.

“– É o que eu vi nele e era diferente de outras pessoas, aliás, ele sempre foi diferente de outras pessoas, foi diferente do irmão dele, foi diferente de outros caras que tinham passado pela minha vida. Ele foi diferente de todos!! Nenhum deles mexeu comigo como ele mexeu.”

Quase três anos depois, o sujeito ganhou liberdade e a procurou. Decidiram começar a namorar e logo em seguida, após quatro meses, se casaram legalmente. Não demorou muito ela engravidou e viveram um período conjugal “tradicional”, mas não tardou, ele se envolveu com outras questões ilegais, praticando vários delitos, inclusive por envolvimento com drogas.

“– Ele resolveu com vontade de droga e roubou, assaltou um ônibus, ônibus normal, e saiu correndo com a moedas na mão, achando que tinha bastante dinheiro na pochete, e saiu correndo com as moeda na mão e escondeu o que ele roubou. Ele não tava nem armado, ele colocou o dedo embaixo da blusa dele e foi dizer que tava armado. Aí a polícia pegou ele. (...) Foi condenado quatro anos e oito meses, porque ele foi preso por resistência de prisão, roubo e destruição de patrimônio público. Ai ele ganhou a liberdade e foi absolvido por resistência de prisão e patrimônio público que ele

destruiu a viatura – quebrou com o pé – e o roubo ficou, mas por ele ter já passagem na polícia então ele ganhou quatro anos e oito meses.”

De modo espontâneo, Anali narra com pormenores os atos criminais do marido, quase como “glamourizando” os acontecimentos e suas atitudes transgressoras. Quando questionada sobre as razões que a levaram a se interessar por ele, correlaciona seu relacionamento com o que as pessoas chamam de “amor bandido”. Cita com detalhes que sabe que existem mulheres que gostam do perigo, de aventura, que quando o sujeito tem uma vida agitada, de roubo, tráfico, há uma certa adrenalina por estar ao lado dele, porém, conclui dizendo que não é o caso dela. Em dois momentos da entrevista ela retoma isto:

“– É, muita gente fala assim, isso é amor bandido, é amor bandido, eu, óh, eu, na época, eu tava sem namorado, saía, eu tava a fim de procurar uma pessoa que me fizesse companhia, eu não tava mais a fim de levar a vida que eu tava vivendo. Aí aconteceu, juntou essa coisa de eu não estar querendo mais viver sozinha com ele ter aparecido na minha vida e na época eu tá muito carente, muito necessitada de uma pessoa pra estar comigo e a gente acabou se apaixonando.”

“– Vamos dizer assim... eu acho que tou, mais ou menos... vamos tentar chegar onde você tá querendo chegar, do tipo existe mulheres que gostam de perigo, de aventura, entendeu? Ah, aquele cara teve a vida assim, bem agitada, a vida dele foi de roubo, foi de tráfico, foi disso daquilo, então tem a pessoa que tem...é ... adrenalina pra tá do lado daquela pessoa. Eu não! Eu não me sinto assim, eu me sinto uma pessoa normal do lado dele, uma mulher normal, eu não tenho adrenalina de tá do lado dele porque ele já roubou, porque ele já fez isso, já fez aquilo. Meu sentimento por ele é normal, é tranquilo.”

Apesar de Anali aparentar se sentir atraída pela personalidade “aventureira” do marido, uma característica sua que muito a identifica na relação é o perfil maternal. Aspectos de cuidadora são observados em diversas ocasiões, até pelo fato de cuidar e sustentar sua mãe, que possui deficiência mental leve. A sogra mora em outra cidade localizada no interior do Estado

de São Paulo e deixou de visitar o filho, passando a responsabilidade por completo para Anali.

Quando questionada por que acha que o marido gostou dela, diz:

“– Como eu posso tá dizendo... talvez porque eu passo muita segurança pra ele. A gente tem muito diálogo um com o outro, coisa que ele não tinha com outras mulheres. Outras mulheres passavam assim, gostavam, mas eu passo uma segurança pra ele. Às vezes eu falo: Pôxa Marcos, eu acho que não sou sua mulher, sou tua mãe! Né? Aí, ele fala que muita coisa que ele tá aprendendo hoje ele tá aprendendo comigo, como por exemplo a amar, ele nunca amou outra mulher, como assim que ele goste de mim.”

Desembaraçadamente conta sobre o seu cotidiano, seus afazeres, a visita íntima, sua rotina de vida, etc. Ao abordarmos o assunto da visita íntima, conta como funciona o dia:

“ – A visita íntima funciona da seguinte forma: quando é meu dia que eu tô com o meu marido a visita íntima seria assim. Ele... bem, no começo assim ele não tinha, eu falo, o bangalô, né? As camas individuais feitas de cimento, um colchão, tudo individual. Então, quando ele não tinha, tinha que revezar com outro rapaz que dormia com esse bangalô que hoje ele dorme nesse bangalô. O rapaz foi transferido e ele falou, bom, agora você é que vai pra cima.

É beliche, só que e feita de concreto. (...) Do chão ele teve uma rede pra ele tá dormindo no alto, porque não tem espaço, é muita gente ali. Aí ele tá dormindo no alto aí esse rapaz que fizeram amizade lá dentro, já que não tem mais sequência, então agora a sequência é sua. Você vai pro bangalô que eu tô indo de bonde⁹. Aí, o que que acontece? A nossa visita íntima ficou mais íntima (ri). Não tem que ficar esperando a nossa vez pra tá tendo um relacionamento.”

Mesmo estando num ambiente tão diferenciado, Anali diz que sente ser “normal” a relação íntima dentro da prisão. Afirma ainda que acaba fantasiando outras coisas, comprando uma *lingerie* diferente para “ajudar” na relação. Contudo, existe também o constrangimento da revista na entrada do Centro de Detenção, em que uma agente penitenciária verifica se a mulher

⁹ “Ir de bonde” significa ser transferido ou sair da prisão.

não está levando nenhuma arma, droga, entre outras proibições, para o marido preso. Para Anali, a revista é encarada da seguinte maneira:

“– A revista? Ah! Tem dia assim que é um enchimento de saco, que eu vou te contar, né! Quando eu tô sozinha é rápido, a revista. A gente tem que tá tirando a roupa, fazendo aquelas baixadas, três baixadinhas. Aí tem que às vezes eles implicam com a gente com alguma coisa que você tem. Uma roupa, uma calça, uma blusa. Uma vez implicaram comigo porque a minha blusa tava curta, sendo que eu já tinha entrado umas três vezes com a blusa. Tive que trocar a blusa. Alugar uma blusa nas barracas lá da frente pra eu poder tá entrando.”

Conta que não tem problema em falar sobre a condição de presidiário do marido para outras pessoas, que não tem vergonha do fato e que todos os vizinhos sabem disso. Segundo ela, são as agentes penitenciárias as que mais associam as mulheres ao mundo criminal:

“– Quando eles [agentes] estão lá dentro eles são superiores. Por que? Seu marido é ladrão. Eles tratam nosso marido como ladrão, mas nem muitos que estão ali dentro são ladrão, mas pra eles em geral todos são ladrões. Quer dizer, se aquele fulano lá é ladrão então a mulher dele também deve ser.”

No início da entrevista disse que ficou muito abalada com a prisão do marido, pois estavam casados e tinham uma relação de parceria, ele ajudava a cuidar do filho, etc., porém, posteriormente na conversa, afirmou ter sido a prisão um disparador para ela realizar outras atividades em sua vida:

“– Hoje o meu dia a dia... assim...eu procuro... antes eu não procurava, minha mente ficava só naquele negócio [de pensar nele], mas já tava me deixando já agoniada. Cada dia que me passava me deixava agoniada, então tem que descansar um pouco a minha mente. Eu preciso tá fazendo outras coisas além de só trabalho casa trabalho casa filho casa. O que eu comecei a fazer? Comecei a vender Natura. Foi que eu comecei a começar ver outras coisas na minha frente. Eu falo assim pro meu marido: Eu acho que precisou ele ir preso pra eu poder acordar.”

“– Isso... me despertou pra eu tá olhando mais pra vida, porque eu só vivia naquela rotina de ficar trabalhando... eu não pensada em tá fazendo outra coisa, tá me ampliando pra outras coisas. Tinha uma vida monótona até chegar em casa, dá beijinho aqui, beijinho ali, briga aqui briga ali. Aquilo já tava me enchendo também! Né? Ficar só brigando brigando...tava faltando alguma coisa, acho que a prisão dele fez com que eu visse outras coisas que tava dentro de mim que eu não sabia... que eu podia tá fazendo. Eu acho que, outra coisa, e... mais uma coisa... é... Hoje eu me sinto mais forte pra tá enfrentando. (...) É o que ele sempre fala, o que me anima muito em você é a garra que você tem de viver. Pra você nunca o tempo tá feio, tudo tá bom. Depois de amanhã tá faltando um arroz você fala assim, amanhã vai ter. Você tem uma garra tão forte, uma fé tão forte dentro de você que eu procuro tá sempre indo mais e mais, não deixo as coisas me abalar não. A prisão do meu marido no começo abalou só que hoje pra mim tá sendo um ensinamento de vida.”

Na prática, a vida cotidiana conjugal era cheia de conflitos. Na entrevista, demonstrou se sentir confortável com a prisão do marido por dois motivos principais: a) achava que sua vida conjugal estava um tanto monótona, sendo que pôde começar a realizar outras atividades “interessantes” após a prisão do esposo, como, por exemplo, vender cosméticos em domicílio e fazer curso avançado de manicure; b) acha que o marido precisa muito do seu apoio enquanto detido, ao contrário dela, que não depende dele.

De qualquer maneira, Anali diz que o casal faz planos para o futuro. Após a saída do marido da prisão, imagina que seja importante ele se “regenerar de vez”, a fim de que ambos possam dar seguimento aos sonhos partilhados. Quando ele estiver liberto, ela imagina os dois vivendo juntos da seguinte maneira:

“– Imagino, imagino, a gente vai tá vivendo juntos e construindo novamente a nossa vida, reconstruindo, né, coisa que a gente tava fazendo quando a gente... quando a gente, antes de ele ser preso ele tava muito... o pensando dele não estava progredindo, ele não tava raciocinando, as drogas não tava deixando ele raciocinar. Então, hoje o pensamento dele é diferente. É que nem eu falo pra ele, você vai mudar realmente ou porque você tá falando porque tá preso? Eu quero ver lá fora! Hoje pra mim as palavras dele é vazia, eu quero ver aqui fora se realmente vai mudar, agora se ele não mudar aqui fora ele vai continuar nas drogas? Sinto muito, ele vai pegar o caminho dele.”

Há uma esperança de que o sujeito possa mudar, de que ela possa auxiliar no processo, de que seu apoio e suas “advertências” possam suscitar a mudança de comportamento do marido. Enfim, quando questionada se em algum momento já pensou em desistir do relacionamento, afirma:

“– Quando ele tava lá fora, ele tava aqui fora, tinha momento, é que nem eu te falei, as drogas tava me fazendo, sabe, me encher com tudo isso! Aí, quando ele tava fora sim, mas agora não, porque, óh, há momentos num relacionamento de uma pessoa quando tem alguma coisa impedindo o relacionamento ir pra frente acaba meio adormecendo. E a prisão dele fez com que o meu amor por ele vivesse mais, sabe! Ficasse mais forte.”

Caso 2: Beatriz

[Tempo total da entrevista: 57 minutos]

Entrevista realizada na casa da sogra da Beatriz, local em que ela mora, no qual se encontrava no momento da entrevista a sua cunhada (passando roupa na mesma mesa em que estávamos para a conversa), porém, ficou pouco tempo. Depois chegou a sogra com uma outra cunhada junto com o filho de Beatriz, o qual permaneceu na cozinha conosco até o final da entrevista. A sogra, em um momento, fez um café pra ela e saiu novamente com a filha, deixando na casa eu, Beatriz e o netinho.

Beatriz é uma jovem com 21 anos de idade, que apresenta um semblante recatado. Possui ensino secundário incompleto (na época da entrevista havia interrompido os estudos para cuidar do filho de 1 ano e três meses). Não trabalha e mora numa residência bem simples com a sogra, cunhados e cunhadas, e o filho, o qual é fruto do seu atual relacionamento com um presidiário, sendo que este cumprirá uma pena de quase 9 anos (a sentença foi dada poucos dias depois da entrevista com o pesquisador, visto que o companheiro cumpria apenas prisão provisória). Por não trabalhar, Beatriz depende financeiramente da sogra. É o seu segundo envolvimento com um sujeito de caráter transgressor em potencial. Ela afirma nunca ter cometido nenhum ato criminal.

As peculiaridades familiares são as seguintes: não tem mais contato com a mãe há cerca de 10 anos, que mora na região Nordeste do país. Sempre se relacionou melhor com o pai, o qual mora em São Paulo. Tem mais irmãos tanto por parte de pai, como de mãe, dos casamentos posteriores deles, embora nem conheça os irmãos por parte da mãe. Na família não há ocorrências de membros envolvidos com a criminalidade, apenas um tio (irmão do pai), que ficou detido duas vezes por motivo de violência doméstica contra a esposa.

A forma como conheceu seu “marido” é muito semelhante a outros casos de contato com presidiários.¹⁰ Beatriz tinha um conhecido (“marido” de uma amiga) detido num presídio de regime semiaberto, no interior do Estado de São Paulo, em que os sujeitos trabalham durante o dia e voltam à noite para a cadeia. Como havia telefone público disponível, o amigo se comunicava com os seus conhecidos e numa oportunidade conversou com Beatriz e perguntou-lhe se ela tinha interesse em conversar, por telefone, com um colega dele da prisão. Ela aceitou e começou a manter constantes conversas com o sujeito em questão durante quase quatro meses. Estava ao mesmo tempo curiosa, ansiosa e receosa em se locomover até o interior a fim de conhecê-lo pessoalmente, no entanto, um dia decidiu e partiu para a cidade não muito distante da capital de São Paulo. Como a visita íntima é permitida apenas para as mulheres cadastradas, os amigos deram um “jeitinho” para conseguirem colocar o nome de Beatriz no rol de um outro sujeito que possuía uma vaga livre para namorada, de modo que ela conseguiu adentrar e conhecer finalmente o “quase” namorado, visto que ela já o considerava como tal por sentir-se apaixonada por ele e por não ter mais vontade de se relacionar com nenhum outro homem durante o período que mantiveram os contatos telefônicos. Foi naquele dia que pôde saber como ele era fisicamente, já que ela não quis que trocassem fotografias.

“– Não me agradou, sinceramente [ri], porque assim, eu sempre fiquei sempre com cara assim, muito alto, entendeu? Eu fui louca por cara alto, cara alto pra mim era um charme e o Marcelo não, o Marcelo é baixo, o Marcelo é magro, parece um menininho de 18 anos, o Marcelo, não parece que vai fazer 33 anos. Parece um moleque, se você vê ele assim de costa, parece que ele tem uns 17, 18 anos, entendeu? Ah sei lá, ele dizia, eu não sou o cara que você sempre sonhou... quando você vir aqui você vai ver. Ah meu Deus, pensei, quando eu chegar lá vou ver uma coisinha do outro mundo, e só quando eu cheguei lá, meu Deus do céu, pior que é verdade. Ele não era o cara que eu imaginava que era. Pela voz dele, pô, deve ser um cara alto.”

¹⁰ Tal iniciativa para conhecer o presidiário foi mencionada também por outras mulheres com as quais o pesquisador conversou informalmente durante seu estudo de sondagem nas filas de entrada dos CDPs.

Embora a aparência física do rapaz fosse diferente da idealizada, no mesmo dia Beatriz afirmou ter se sentido atraída e tiveram a relação sexual no primeiro encontro:

“– Mesmo assim, porque eu já gostava, na verdade eu já gostava do jeito que ele me tratava e eu sentia falta. Quando ele não ligava um dia eu já sentia falta, entendeu? Por que que o Marcelo não ligou? Ele sempre me ligava assim, de manhã, à tarde e à noite, quando ele voltava, depois do almoço e depois à noite.”

A partir de então, iniciaram o namoro. Pouco tempo depois ele foi liberto e após três ou quatro meses de namoro ela engravidou, fato que incentivou os dois a irem morar juntos.

“– Quando eu soube que tava grávida dele aí ele falou, vamos morar junto né, eu não vou te deixar sozinha. Em nenhum momento ele me abandonou, falou assim oh, você vai ficar sozinha. Não, porque ele ficou sabendo que eu tava grávida e pegou as coisas dele e foi morar comigo.”

Viveram assim um tempo não muito longo, pois o marido voltou a se envolver com a criminalidade e acabou sendo preso novamente. Quando questionada sobre o que ela acha que fez ele gostar dela, Beatriz demonstra uma compreensão acerca dos atos transgressores do companheiro:

“– Olha, ele fala que gostou de mim pelo modo o qual eu tratei ele. Não é todo mundo com uma pessoa que tá preso que já vai... não fiquei perguntando especulando porque ele foi preso. Acho que foi isso, que eu tratei ele como um ser humano normal. Tem muita gente que porque é presidiário não presta, você sabe muito bem disso, mais ou menos assim, então porque eu tratei ele como qualquer um, como eu, como você, isso pode acontecer comigo, ele fez uma besteira, e pode acontecer comigo, com você, virar a cabeça algum dia, não é verdade?”

Antes desse relacionamento, ela namorou uma pessoa por um ano e oito meses e resolveram morar juntos, sendo que no quinto dia ele foi preso. Beatriz diz que não desconfiava que o namorado era envolvido com a criminalidade. Só que esse anterior ela não

se manteve na relação, pois diz que ele era diferente do atual, era mais “galinha”, ficava com outras garotas e a esnobava.

Beatriz não aparentou estar constrangida em falar sobre o seu dia a dia, a visita íntima, as circunstâncias conjugais, etc. Sobre a revista para entrar no CDP, diz:

“– Olha, é humilhante, na verdade é humilhante, porque a gente passa por uma fila pra entrar na portaria, passa por outra fila pra poder revistar a comida, depois tem outra fila pra revistar a criança quando eu levo meu filho... pra tirar a fralda da criança. (...) Agora sim, eu tiro de letra, como falam... a gente vai e finge que não tá acontecendo nada... a gente vai todo mundo no mesmo barco e acaba passando despercebido.”

Há uma conformidade com a situação, inclusive no momento da intimidade dentro do presídio, o que não impediu de que no primeiro encontro houvesse a relação sexual:

“– A primeira visita... [riso sem graça]... como eu te falei a gente falava há muito tempo, so faltava mesmo a gente se ver, porque praticamente pra mim ele a gente já tinha se visto, já tinha se encontrado, já tinha ficado, se beijado, entendeu? (...) A gente se entendeu tão bem que, então, o que aconteceu, que na hora, na primeira visita, a gente fomos, conversamos bastante mais, ai a gente ficou, a gente ficou junto, e lá, em Franco da Rocha, lá não é igual aqui. Lá tem uns quartinhos separado, tem uns quartinhos separado... aí a gente foi e ficamos junto.”

Apesar de afirmar sentir muita falta do parceiro e de descrevê-lo como extremamente presente, carinhoso e companheiro enquanto viviam juntos, diz ter ficado bastante aliviada com a sua prisão, pelo fato de que ele estava numa fase incorrigível e desgastante emocionalmente, inclusive pelos delitos cometidos em função do envolvimento com drogas.

“– Assim, imaginar eu imaginava, até o repreendia quando ele saía pra fazer algo errado, só que é assim, ele é muito bom, mas também é cabeça dura, você fala, fala, fala e entra por aqui e sai por ali com ele, entendeu? Ele só vai parar pra te escutar quando acontece uma coisa como acontece dessa vez. E não foi falta de aviso, não foi falta da gente dar a mão, querer ajudar. Ele tava num estágio da

vida dele que era melhor, pra ser sincera, eu até agradeço a Deus que ele tá preso, entendeu? Porque ele tava usando muita droga, ele tava assim, as coisas de casa ele tava pegando tava vendendo, roupa dos meninos, tênis dos meninos, então ninguém tava aguentando, eu não tava aguentando, a mãe dele não tava aguentando. Foi por isso a separação, eu decidi que ia pra casa do meu pai. Então, eu não ia ficar porque eu não tava aguentando mais mesmo. Nossa, quantas noites eu não saía de casa, de madrugada ia atrás dele e ia atrás dele. Aconteceu várias vezes isso, entendeu? Ele começou a se envolver, se aprofundar mesmo, num buraco mesmo. Ele parou mesmo agora depois que ele foi preso.”

A prisão aparece aqui como um contingente dos atos transgressores, o que não diminui o grau de compreensão e o desejo de apoiar o companheiro mesmo em condições adversas. Beatriz afirma não ter familiares criminosos, exceto um tio próximo que fora preso por ter batido na esposa. Afirma não ver problema em contar para as pessoas sobre o seu relacionamento, mas, conforme relatou, sente-se humilhada pelas agentes penitenciárias:

“– Assim, eles humilham a gente em tudo. Quando não é na revista de comida... tem gente que faz, vai lá coloca coisa lá dentro, dentro da comida, dentro das coisas do nenê, então eles julgam todo mundo como uma pessoa só. Entendeu? Tem gente que faz, não vou te dizer que tem gente que não faz, que faz sim que a gente já viu casos.”

Quando pensa nos planos para o futuro do casal, inclui imaginar que não será fácil após a saída do marido da prisão, será difícil ele encontrar emprego. Ainda assim, os planos compartilhados após ele ser liberto abrangem a manutenção da estrutura familiar, mesmo ela tendo ciência de que a sentença a ser deferida contra o marido pode ser de 4 a 12 anos:

“– Viria morar aqui até a gente se acertar... a gente pretende, a gente sempre conversa sobre isso, quando ele sair de lá a gente vai alugar um lugar pra gente morar, ter nossa casa, porque quem quer casa, como dizia aquele velho ditado. Eu casei, eu tenho um filho, eu quero ter a minha casa, eu quero ter a liberdade de sair do banheiro de toalha, porque aqui eu não posso por causa dos meus cunhados por questão de respeito. Eu quero ter a liberdade de vir na minha cozinha e fazer o que eu

quero comer, se eu quiser deixar a louça na pia eu deixo, porque vai ter só nós dois, então é isso, eu pretendo quando ele sair de lá eu prefiro que a gente não venha morar aqui, eu e ele.”

Tais expectativas também incluem a mudança de comportamento do marido, assim como ocorreu no caso de Anali, cujo apoio ao companheiro pode ser fantasiado como uma forma para auxiliá-lo a se conscientizar sobre os atos criminais e “mudar de vida”:

“– Eu penso assim, que ele vai mudar, eu nunca tive na minha cabeça... e é assim, ele não é uma pessoa ruim, como eu te falei. O Marcelo tem tudo pra crescer, só falta força de vontade nele, entendeu? Se ele tiver um pouquinho de força de vontade ele consegue crescer na vida. Ele é um cara inteligente, é um cara esforçado.”

Beatriz afirma nunca ter pensado em desistir da relação, pois:

“– Mesmo que ele pegue mais de dez, porque ele fala muito, você vai acabar se cansando, ele fala isso pra mim, só que é assim, se eu me cansar ou não é com o tempo, agora eu quero continuar do lado dele, eu quero continuar ajudando ele. Só que ele fala assim que eu vou me cansar, que se ele for condenado por muito tempo eu vou abandonar ele, mas isso nunca passou pela minha cabeça. Ele fala pra mim, ele acha que eu vou abandonar. Só que isso nunca passou pela minha cabeça em nenhum segundo.”

Caso 3: Carla

[Tempo total da entrevista: 41 minutos]

Entrevista realizada na residência de Carla, local em que mora com a filha de 5 anos de idade. No momento da entrevista a irmã se encontrava em outro cômodo próximo, porém, ficou pouco tempo. Trata-se de uma pequena casa extremamente humilde de dois cômodos (quarto e cozinha), em fundo de quintal. Como a cozinha não tinha cadeiras nem bancos, conversamos no quarto, sentados na cama. Expliquei a minha pesquisa e pedi permissão para ligar o gravador, algo que fez com que Carla demonstrasse um pouco de receio. Nas conversas por telefone para agendarmos data e horário, ela não mostrou muita resistência para conceder a entrevista, porém, no momento de iniciarmos, pareceu que desistira da ideia. Voltei a explicar os motivos do trabalho, mostrei-lhe novamente os itens do Consentimento Livre e Esclarecido e, enfim, ela aceitou. Também demonstrou desconfiança em fornecer o número dos documentos para preenchimento do Consentimento, expliquei-lhe que era somente exigência da Universidade e combinamos apenas de ela fornecer o número do RG, então, assinou. A partir do início da entrevista seu tom de voz tornou-se bastante baixo (diferente das conversas preliminares) e havia uma calma mista de um semblante emotivo. Suas respostas demonstravam o não desejo de se estender em cada questão abordada.

Uma observação bastante relevante pôde ser deflagrada: na primeira abordagem do pesquisador com Carla, no CDP do Belém, ela afirmou ter encontrado o companheiro depois de ele estar preso e concordou em conceder em outra data a entrevista mais prolongada, porém, no momento da mesma, em sua casa, a qual havia sido marcada posteriormente por telefone, ela informou, estranhamente, que já o conhecia antes de ele ser preso. Contou que o conheceu e se interessou por ele por pena, pois este parecia bastante sozinho, por conta de ter vindo de Alagoas, e não possuir família. Disse brevemente que soube, logo no início do namoro, que ele tinha cometido algum tipo de delito na cidade em que vivia (não quis dizer qual crime), fato

este que foi o motivo de sua vinda para São Paulo. Isto sugestionou ao pesquisador uma certa propensão da parte dela em escolher (de modo inconsciente) um provável criminoso em potencial, visto serem conhecidas as recorrências de atos criminais por esses sujeitos. Algo que se efetivou durante o período de convívio conjugal deles.

Sobre este assunto, no final da entrevista foi abordado o fato de ela ter conhecimento do episódio criminal cometido pelo namorado na cidade onde o mesmo morava antes de vir para São Paulo, sendo que Carla afirmou não ter intenção de romper o relacionamento após ter sabido sobre o crime e complementou:

“– A gente sempre pensa que a pessoa pode mudar, pode ser uma pessoa boa, não ter nenhum sentimento de ódio e rancor por ninguém, dar a segunda chance como eu dei pra ele, entendeu, segunda ou terceira chance... você sempre pensa isso, então, é onde você acaba quebrando a cara.”

Carla é uma mulher de 26 anos de idade, semblante sério, e trabalha como vigilante patrimonial. Mora com a filha de 5 anos, fruto do relacionamento com o parceiro presidiário, numa casa muito simples de dois cômodos (quarto e cozinha), em fundo de quintal. Conheceu o companheiro há cerca de 7 anos e denomina-se casada (porém não legalmente). Decidiram morar juntos quando engravidou.

Ao ser questionada, no início da conversa, como conheceu o marido, ela incluiu na sua fala a descrição resumida de como ele foi para a prisão, denotando a assertiva de que o fato faz parte da sua história representando suma importância.

“–Nos conhecemos antes disso tudo... Através do bar da minha mãe, nos conhecemos e começamos a namorar. Eu engravidei da minha filha e começamos a morar junto. Depois de dois anos mais ou menos não deu certo, aí nos separamos e ficamos um ano e meio separados. Quando nós tivemos um caso [*fora da relação*] e devido a ciúmes, ele, pelo fato de eu ter namorado no tempo que a gente tava separado e esta pessoa ficava cercando

ainda, ele tava ainda a fim de mim, pra retornar com ele. Aí ele foi, pediu um dinheiro, pegou e comprou um revolver e atirou nesta pessoa. Graças a Deus não morreu.”

A entrevista é permeada por diversos momentos de silêncio e, um deles, refere-se ao fato de Carla não conseguir descrever o companheiro. Quando é perguntado o que a levou a gostar dele, diz sucintamente: “Pena, ele era uma pessoa sozinha, sem ninguém.” Também não sabe dizer por que o parceiro gosta dela.

Nunca se relacionou com outro criminoso e a dinâmica de realizar visitas ao companheiro no presídio é inédita no seu cotidiano. Os constrangimentos que ocorrem durante a visita íntima, seja no momento da revista, seja no ato da intimidade, são expressados por ela da seguinte maneira:

“– No começo é difícil, tem os exercícios, tirar a roupa, ter que abaixar... depois a gente se acostuma... não é que a gente se acostuma com as coisas ruins, mas depois a gente vai aceitando...”

“– Ah, a primeira vez acho que foi bem, sei lá, triste ou emocionante pelo fato de estar vendo ele bem, vivo e tal, tá tudo bem... e, ao mesmo tempo triste pelo fato dele ter de ficar ali e você vai embora e vai ter que ficar ali.. Só que ao mesmo tempo eu penso assim, né, eu virei, na primeira visita, eu virei e falei: Não tenho dó nem um pinga, todo mundo tem que pagar por aquilo que faz, de certa forma, como eu sei lá de qual forma tô pagando eu tô tendo, me vendo, presa a uma situação que a gente não busca saída. É, você não vê saída.”

A forma como se sente no dia a dia sem o companheiro e quais as dificuldades enfrentadas na relação são expressas com mais silêncio e seguidas da frase: “Ah, é difícil...”

Não há outras mulheres na família que já tiveram relacionamento com criminosos, nem tampouco existem ocorrências de transgressões legais por pessoas do seu convívio. Seus planos futuros com o parceiro estão impregnados de ambiguidades, pois deseja romper com a relação após a liberdade dele, mas está com dúvida, ou pena:

“– Se, de repente, ele sair, talvez volte pra cá... ou então ele que dê rumo à vida dele. Se ele vir pra cá vai ser mais difícil de terminar... é... então estou pensando de agora pra decidir o que é melhor, ficar junto ou não. Porque de primeiro ele pode ficar comigo, mas o problema é o meu sentimento, as mágoas que eu tenho, porque se eu optar por ele ficar comigo, mas e as brigas que eu posso ter com ele daí pra frente, pelas mágoas... não só por isso, mas outras coisas nossas, do passado.”

É evocado o modo como se deu o convívio dos dois enquanto moraram juntos:

“– No início era tudo bem, tudo maravilhoso, mas depois a gente vê que não é aquilo, que a pessoa não te dá realmente o valor e agora que tá lá, acho que não é bem assim que vai dar de uma hora pra outra valor.

Pesquisador – Não dar valor significa que houve traições da parte dele? E da sua?

Carla – Da parte dele, da minha nunca houve.

Pesquisador – E durante ele estar preso, você acha que não teve traição?

Carla – Eu não sei, não posso afirmar cem por cento.

Pesquisador – Porque ele tem um passado com você de...

Carla – De traição.

Pesquisador – E você acha se ele sair...

Carla – Pode acontecer alguma coisa... vai dar valor, vai dar tudo enquanto tá lá, vamos ver quando sair se realmente vai dar valor, vai estar ali... é difícil.”

O contingente da prisão do companheiro representa uma condição favorável para amenizar a angústia de traição. Neste caso, “dar valor” diz respeito à condição de presidiário do marido propiciar, por imposição do cárcere, a fidelidade (pelo menos na sua fantasia). Em condição de liberdade, ela não sabe o que pode acontecer (e tem menos possibilidades de controlar esse fator). Assim, quando questionada quais seriam os pontos positivos com a liberdade do companheiro, foram necessárias três formulações de perguntas explicativas para

Carla conseguir entender o que o pesquisador estava querendo saber. A resposta revelou algo interessante, que abarca aspectos da ordem da família, expressando que a construção de uma família com ele denota suma importância para a manutenção de sua conjugalidade:

“– Um ponto positivo, a única coisa que eu penso é... realmente tá uma família unida, principalmente porque a gente tem uma filha junto, então o ponto positivo que eu tenho é pelo fato da criação da minha filha, estar presente com o pai, ... entendeu?...”

A filha se apresenta como intermediária para a união do casal, tanto no início quando decidiram ir morar juntos, quanto na manutenção do relacionamento após a saída do marido da prisão. A menina visita o pai no presídio eventualmente, e Carla diz que a filha denomina o local como a “casa do meu pai”. Mas, segundo a perspectiva da mãe: “É uma criança muito esperta, então, no fundo ela sabe, mas ela mesma se esconde desse fato.”

Os dias de visita íntima e os momentos de se manter a intimidade dentro do CDP são encarados com certa naturalidade. Houve dias em que a visita não culminou em relação sexual, pois, segundo ela, o companheiro tem que aceitar o fato porque: “A gente tá num lugar, de certa forma, totalmente aberto... então tem que aceitar.” Quando o pesquisador questiona se a relação íntima é melhor dentro ou fora da prisão ela traz afirmações que não comprometem seu empenho sexual diante da condição de cárcere do parceiro, embora, acredito, que não seja este um fator representativo de algum tipo de fetiche no ato realizado na cadeia, visto terem dias, segundo ela, que não aconteceram relações durante a visita.

Pesquisador – Você acha que este tipo de relação é melhor lá ou antes?

Carla – Ah, logicamente que é antes... você diz estando fora? Ah, com certeza, é antes né...

Pesquisador – E a primeira vez lá dentro, como foi?

Carla – Ah, a primeira vez acho que foi bem, sei lá, triste ou emocionante pelo fato de estar vendo ele bem, vivo e tal, tá tudo bem... e, ao mesmo tempo triste pelo fato dele ter de ficar ali e você vai embora e vai ter que ficar ali..

Pesquisador – Então, como foi o primeiro encontro, você comentou que houve o constrangimento da revista, e você não sabia como era lá dentro. E vocês namoraram neste primeiro dia, houve intimidade?

Carla – Tivemos.... Ah.... foi... vamos dizer que foi emocionante de certa forma. Sei lá, foi diferente... não dá pra explicar bem. (...) Foi, não foi totalmente ruim pelo fato de a gente estar se vendo pela primeira vez depois de tanto tempo, de tudo que aconteceu, a agitação que foi, então, foi bom.”

Ao ser abordado o assunto de um provável rompimento do relacionamento por parte dela, Carla mostra-se duvidosa, diz que ainda não se decidiu:

“– Pela minha filha... pela minha filha eu não me decidi ainda... depois que você tem uma filha... se não tem você joga tudo pro ar, some, vai embora, faz o que te der na cabeça, o que você achar melhor, agora, eu tenho uma filha, tenho uma vida, tenho que dar exemplo, dar educação, então...”

A filha novamente aparece no discurso como figura de ligação importante do casal (sob a perspectiva de Carla). O marido, na configuração familiar, revela-se como um membro facilitador e primordial para que a estrutura de família tenha um lugar estabelecido. É a imagem do pai que garante à Carla que seus ideais sobre a instituição familiar possam se manter viabilizados. Traz à tona fortes sentimentos maternos, que acalentam o homem criminoso numa esperança de que ele possa mudar, “possa ser uma pessoa boa”, para o qual ela “possa dar uma segunda ou terceira chance”, mesmo quando, diante da realidade, ela percebe-se desapontada: “É onde você quebra a cara!” Exemplo de família, em seu discurso, é o que o pai pode propiciar. É o pai, mesmo ausente fisicamente, que tem o papel de suporte da família, inclusive para a filha:

“Pesquisador – E o pai? Que papel tem? Que modelo teria como exemplo para ela [a filha]?”

Carla – [Silêncio] Ah... de família, né... de exemplo de família, sei lá, de crescer ali com um pai, de certa forma, parece que não, mas é uma educação diferente que você dá pra sua filha quando a criança já cresce com o pai do lado.”

Trata-se de pensarmos que a expressão “do lado”, neste caso, está implicada na ordem da fantasia, o pai está do lado no campo emocional, nas perspectivas, na imagem que Carla tem sobre família, a qual evidentemente o traz como figura fundamental. Ao mesmo tempo é ambíguo pensar que figura tão emblemática que compõe a família é justamente aquele que se encontra ausente, encarcerado e fora do cotidiano da mãe e filha.

Caso 4: Denise

[Tempo total da entrevista: 46 minutos]

Entrevista realizada na residência de Denise, que consistia em apenas um cômodo pequeno, extremamente humilde, localizado em uma favela, no qual viviam cinco pessoas, ela, quatro filhos adolescentes (três homens e uma mulher), e mais um filhote de cachorro. No momento da entrevista, estavam presentes três filhos, dois deles permaneceram por poucos minutos iniciais e depois se retiraram, e uma filha ficou no cômodo, no qual se encontrava dormindo desde a chegada do pesquisador. A entrevistada afirmou não guardar segredos dos filhos e disse que não havia problema algum da presença deles.

Denise é uma mulher de 36 anos, diarista, com o ensino fundamental incompleto. Encontra-se desempregada e sobrevive financeiramente com a renda dos filhos que trabalham. Possui cinco filhos, sendo que o mais velho mora com um tio. Conheceu seu atual namorado a partir da sugestão de uma vizinha, cujo sobrinho estava preso e tinha um amigo interessado em conhecê-la. Denise não viu problema em conhecer o homem então presidiário, mas com a condição de ele não estar comprometido com outra pessoa, porque ela “não queria saber de problema”. Como o rapaz estava “solteiro”, Denise aceitou ir conhecê-lo e, na época em que concedeu a entrevista, namoravam há três meses. Ela afirma ter se interessado por ele, apesar de uma desconfiança inicial, pelo fato de o mesmo ser muito carinhoso e atencioso, dedicado, preocupado e sincero. “Até o prezado momento eu não vi falha dele, porque quando eu ver, eu mesmo chego e falo: Não dá! Você segue sua vida.” – comenta Denise.

Ao responder sobre a idade do namorado – 29 anos – Denise comete o que parece ser um ato falho dizendo: “Vai fazer vinte, ou melhor, trinta.”, o que pode denotar um desejo de reduzir a idade do parceiro a fim de aproximá-lo da idade de seu filho mais velho, talvez pelo fato de possuir um perfil de cuidadora e essa característica sua seja um dos fatores que permeiam a relação entre o casal. O companheiro é analfabeto e sua pena é de quase 10 anos,

faltando 4 anos para ser liberto. A entrevistada sente-se extremamente segura com ele, pois, “por menos que pareça”, afirma ela, “existe uma lealdade nas suas palavras”. No discurso de Denise, as palavras *lealdade* e *segurança* surgem bastante, isto devido ao fato de ter sofrido uma *decepção* com o seu namorado anterior, também presidiário, cujo relacionamento de 3 anos fora por ela interrompido ao descobrir traições amorosas por parte dele, que se encontrava com outra mulher no mesmo dia da visita íntima com Denise:

“– Ah! Fulano saía [da cela] e me deixava sozinha... ia, ficava meia hora, vinte minuto... Porque em vinte minuto, meia hora, dá pra você fazer muita coisa! E aí me surpreendeu muito isso, né. Eu colocava que não. Eu colocava que não, né? Aí juntando tudo, hoje eu percebi... caiu a ficha!”

Afirma ter ficado muito machucada com o ocorrido e percebe que com o atual namorado é diferente, sente-se segura e, se não se sentisse assim, não estaria com ele. Até mesmo nas visitas íntimas ela fica mais confortável com o atual, visto que com o anterior ela já entrava no presídio “meio perturbada”. O atual lhe inspira sossego e tranquilidade.

“– E a relação íntima com esse daí... Eu fiquei num primeiro momento eu fiquei meia constrangida, porque enfim, ainda tava me enchendo, tava na minha mente o que eu tinha passado com o outro, como foi, como que não foi. E até nisso, esse daí me surpreendeu! Até nisso daí esse daí foi mais carinhoso, ele é mais atencioso, ele é mais meigo, você entendeu?”

De modo geral, Denise não acha que os procedimentos de revista para a entrada no CTP seja motivo de constrangimento, porque, afinal, é o “marido” dela que está ali e ela precisa ir visitá-lo. Compara com a situação de que, se fosse um filho que estivesse preso, ela teria de passar por aquele mesmo processo (novamente correlaciona sua relação amorosa com uma condição parental). É como quando se vai ao ginecologista, diz, que precisa tirar a roupa para ele examinar. Na revista, tira a roupa, passa pela agente penitenciária, abaixa três vezes de costas e pronto. Enfim, não acha nada constrangedor.

Em seu ciclo familiar próximo não há casos de parentes presidiários ou ligados à criminalidade; cita apenas um primo distante que acabou se envolvendo numa contravenção que resultou em prisão, todavia, não houve reincidência após ele ser liberto.

Não encara como problema o dizer para as pessoas que possui um namorado que se encontra preso. Porém, acredita que deva ser mais “reservada” ao contar para os outros sobre seu relacionamento:

“– Olha, hoje eu sou mais reservada. Não por vergonha, não por vergonha, hoje eu sou mais reservada, porque eu me via muito feliz com o outro, e, de repente, por falar muito no outro, é... a gente olha assim... tem um pouco de inveja. Porque hoje as pessoas têm inveja de um sorriso seu. As pessoas têm inveja de uma amizade sua. E, acaba quebrando, acaba... Ah, ela tá bem! Por que ela tá bem e a gente não?”

Quando é questionada acerca das dificuldades que encontra na relação, ela responde que o problema maior é a falta de companheirismo. Na verdade, parece que o que mais lhe incomoda são os “olhares” das pessoas do seu convívio, quando lhe perguntam se ela tem um namorado e onde ele está. Também seus planos para o futuro com o parceiro ficam restritos a dúvidas acerca do grau de confiança que guarda por ele, assunto que aparece nas conversas entre os dois:

“– Ah, devido o que eu passei, hoje eu não confio, mas enquanto você tiver me dando essa segurança, tudo bem! Mas hoje eu tenho os pés no chão. Hoje eu não tô aqui com você, pondo toda a minha confiança em você, sem eu ter aquela duvidazinha aqui, se daqui a pouco você tá longe de mim. Então, a gente faz sim, a gente faz sim. Ele quer fazer uma família, ele quer um filho, né! Ele quer um filho. Eu falei pra ele, ele fala, até ele fala pra mim: Ah, você dá risada, você não quer me dar esse filho, né? Você já tem né?”

O namorado não possui filhos e afirma desejar ter um com Denise, que se mostra disposta a esperar ele sair a fim de construírem fora da prisão este projeto, pois ela acredita que lá dentro não tem condições: “... que graça vai ter sem curtir, sem curtir a gravidez, sem...

sabe?”, diz a mulher. Na verdade, quando é questionada como imagina sua vida com ele fora do presídio, responde:

“– Olha... já conversamos muito sobre isso. Olha... é assim, assim. Se não for assim segue seu caminho que eu sigo o meu! Eu hoje sou mais objetiva, num deu num deu. Não me enrola.”

Com o ex-namorado, ela afirma que fazia planos para quando ele saísse da prisão, porém, ocorreu de o mesmo ter tido uma oportunidade de permanecer duas semanas na casa de Denise, e, segundo ela: “Não deveria ter vindo nenhum dia! Se fosse pra fazer o que ele fez!”, visto que o parceiro se mostrou “completamente diferente do que ele tinha falado! Então eu prefiro, esse daqui eu prefiro, eu falo assim pra ele, eu prefiro que você não fala, eu prefiro que você faça! Quando você sair.”

O pesquisador levanta um ponto no final da entrevista perguntando se, com o namorado anterior, ela tinha imaginado preferir ele estar preso a ele estar fazendo(...) Porém, antes de terminar a frase, Denise o interrompe:

“Pesquisador – O outro você imaginou: “Prefiro ele estar preso do que ele estar fazendo...”

Denise: – Você entendeu?!!!

Pesquisador – É isso?

Denise – É! É isso!”

O ideal projetado no Centro de Detenção pode ser um fomento para a fantasia da mulher, a qual toma tal instituição como *aquela capaz de conter e punir*, ou seja, para Denise a condição de cárcere do namorado auxilia a amenizar sua angústia de perdê-lo; enquanto ele está preso na instituição, permanece a fantasia de que está preso também na relação. Visto sua decepção com o ex-namorado, cujo caráter transgressor não pôde ser *contido* pelo presídio, nem tampouco os episódios de infidelidade, de modo a suscitar, então, o desencanto de Denise e desinteresse amoroso.

Caso 5: Elisa

[Tempo total da entrevista: 39 minutos]

Entrevista realizada numa praça pública, próximo à residência da participante, pelo fato de Elisa ter preferido encontrar o pesquisador em tal local. Também resolveu conceder a entrevista ali mesmo, justificando que a entrada dele em sua casa poderia ser tomada com desconfiança e perguntas por parte dos que viviam próximo a ela (parentes e vizinhos). Como na praça havia vários bancos, foi escolhido um conjunto de mesa com quatro bancos de cimento, onde tinha um tabuleiro fixo sobre a mesa, destinado a jogos como xadrez ou dama. A entrevistada estava acompanhada de uma amiga, que iria escutar toda a conversa. Elisa foi advertida que poderia ter alguma pergunta de ordem mais íntima e se não haveria problema de a amiga participar. Ela disse confortavelmente que não, alegando que contava tudo pra a outra. Uma característica peculiar foi o fato de ela ter sido a voluntária da pesquisa mais resistente para se marcar a entrevista, dificultando o apontamento de um horário, bem como desistindo na última hora em duas ocasiões combinadas anteriormente. No dia em questão, chegou cerca de 30 minutos atrasada do horário predeterminado por ambas as partes. Antes de iniciarmos a entrevista, perguntou se não haveria nenhuma pergunta que pudesse comprometer o namorado. Parecia desconfiada e afirmou ter comentado com o rapaz sobre a entrevista e o mesmo lhe disse para ter cuidado com o que iria falar.

Elisa é uma jovem com 23 anos de idade e trabalha em casa de família, como cuidadora de uma senhora que sofre de câncer. Reside com os pais. Namora o companheiro presidiário há um ano e três meses. Não possui filhos.

Conheceu o namorado por intermédio de um amigo que se encontrava preso e fez a apresentação dos dois. Inicialmente, conversaram algumas vezes por telefone até o dia que ela foi ao presídio para conhecê-lo pessoalmente. Não o tinha visto antes, nem por meio de

fotografias. É a primeira vez que se relaciona com um homem em condição de presidiário. Acredita ter se interessado por ele e o ter escolhido pelo seguinte:

“– Por ele ser uma pessoa sincera, transparente. E... não mente, entendeu? Posso dizer... é uma pessoa muito legal. Por isso que me interessei mais por ele. (...) Por que eu o escolhi? Porque eu gostei dele... é difícil de eu gostar de um cara e eu gostei dele...”

Tem dificuldade em expressar os motivos pelos quais acredita que fizeram com que o parceiro se interessasse por ela, mas, após uma certa insistência do pesquisador, exprime projetivamente na conversa com a sogra o que o parceiro sente por ela:

“– Ele fala pra mãe dele falar pra mim, que tem uma pessoa legal, de coração bom, que é uma pessoa de ´responsa´, que é guerreira que não abandona mesmo, vai até o fim. É isso que ele fala pra mãe dele, que gosta de mim, muito mesmo, que encontrou a pessoa certa. Agora a outra namorada dele quando ele foi preso, a namorada dele largou ele, abandonou ele.”

Imagina-se diferente da namorada anterior pelo fato de não abandonar o parceiro, mesmo estando ele na situação em que se encontra. Porém, durante o período de relacionamento houve um rompimento que durou duas semanas, provocado pelo namorado, em que ela explica sua visão do ocorrido:

“– Não, a gente não brigou. Acho que ele tava vendo que, tipo assim, por eu toda vez que chegava na visita falava: Minha mãe tá falando isso, minha mãe tá falando aquilo, tá pegando no meu pé, então fui enchendo a cabeça dele e o que acabou acontecendo, ele acabou tirando que não queria eu com a minha família, pegou tirou e também pra pensar se era isso mesmo que ele queria e se era isso que eu queria também, ficar com ele. Mas não adiantou em nada, a gente acabou voltando.”

Este episódio de separação, de o namorado ter tirado o nome dela do rol de visitante, a fez ficar extremamente magoada, o que a fez ter outro relacionamento no período de

rompimento: “Por ele ter tirado meu nome tudo assim, por ele ter me magoado, aí eu fiquei com um ex-namorado meu aqui da rua.”

Quando o pesquisador pergunta como ela descreveria o parceiro, não entende a pergunta e fica em silêncio por um tempo. Novamente é retomada a questão, e ela diz rapidamente: “Ah é uma ótima pessoa, apesar de ser meio ignorante, mas todo homem é, porque não tem um, que parte de todo ser humano... ótima pessoa...”. Ao mencionar o namorado como “ignorante”, ela complementa um aspecto novo em que a caracteriza como uma pessoa ciumenta:

“– É, assim, eu tenho ciúmes da mãe dele com a irmã dele, entendeu? Por eu, tipo, não conhecer ele na rua, conhecer ele lá dentro, não sei como era a vida dele aqui fora. Então aos poucos eu vou sabendo, então, eu brigo com ele muito por causa da mãe dele e da irmã dele, porque às vezes ele pede pra eu ficar em casa pra irmã dele ir visitar, então a irmã dele vai uma vez na morte então eu já brigo por causa disso. Então, parte de ignorância dele é isso, ele briga comigo também, mas ele é uma ótima pessoa, fora isso, não tem o que falar dele assim não.”

Ao comentar sobre a visita íntima, afirma que se sente constrangida pela falta de privacidade do presídio, no entanto, o que mais a incomoda são os amigos internos ficarem chamando o parceiro por motivos outros. Diz que, no período da visita: “Chamam ele pra conversar ou para pedir alguma coisa... É isso, o que eu falo que é chato, o resto a gente tira de letra lá!”. Além disso, afirma:

“– A mulher quando vai lá ela só quer ficar com o cara, entendeu? Já fica a semana inteira, já não vê ele e quando vai fica os amigos chamando, os amigos fica lá o tempo todo com ele, conversa e tudo, mas quando chega o dia de visita tem que deixar o cara ficar com a mulher, com a família tal. Isso que é o chato, que eu não gosto.”

Em relação à sua própria família, traz em seu discurso uma negativa dos pais em considerar seu relacionamento. Não pode contar ou “desabafar” com a mãe, porque esta não aceita e não gosta do namoro de Elisa. Ela conta que um dos motivos que faz a mãe não aceitar

é porque o seu cunhado (o namorado da irmã) também está preso: “Ela também não tá aceitando nem meu cunhado, porque minha irmã tá com o meu cunhado desde quando ele tava aqui na rua, então, meu caso é diferente, porque eu conheci lá.”

Com a história da irmã em comum com a sua própria, Elisa traz um aspecto diferenciado em relação aos demais casos relatados aqui, pois na família dela existe outro caso próximo de relacionamento com criminosos (sua irmã) e isto incita, principalmente na mãe, um caráter de reprovação constante. Sua mãe “pega no pé” e mesmo assim ela decidiu ir escondida conhecer o atual namorado. A mãe, quando descobriu, contou para os demais membros da família (avós, tios, etc.) o que causou uma mobilização generalizada contra o namoro. Mas, mesmo assim, ela desabafa:

“– Foi chato, até hoje eu tô tentando levar, mas eu nunca vou deixar de ficar com ele por causa de mãe e pai, parente ou qualquer coisa, eu sei que o que a mãe fala é tudo verdade, né, mas nem tudo, vou tentando, tô na luta aí...”

Quando são abordadas, na entrevista, as prováveis dificuldades que Elisa encontra na relação, surgem fatores ligados a personalidade cuidadora dela, pois a mesma acredita que o namorado sofre muito dentro da prisão em que se encontra no momento. No período entre o primeiro contato do pesquisador com Elisa e a entrevista, o namorado foi transferido do CDP de Belém para outro presídio:

“– Não tendo dinheiro, dinheiro pra ir, pra comprar as coisas pra mandar pra ele, essa parte, essa parte é que me dói mais, porque ele passa necessidade nessa cadeia, nessa ele passa. Ele já perdeu treze quilos, porque a comida de lá é horrível. E toda hora que eu chego lá ele diz, “Ai, filha, eu não comi bem essa semana, que não sei que, não sei que...” E uma que ele tem alergia no sangue, o remédio só entra com receita, então, é chato, ele já não toma o remédio dele, não se alimenta direito, então eu fico preocupada, eu trabalho, mas só recebo uma vez no mês, o dinheiro acaba, aí eu já fico naquela, não tenho dinheiro, não tenho isso, já fico preocupada.”

Como a mãe do namorado não o ajuda financeiramente por não ter condições, Elisa assume tal papel e parece se sentir responsável por essa parte. Interessante notar que o seu receio está naquilo que as pessoas falam de modo geral, ou seja, quando o namorado sair da prisão não vai ficar com ela. Elisa alude que muitas pessoas dizem: “Ah, quando ele sair ele não vai ficar com ela. Ele só tá aproveitando ela porque ela tá indo lá e manda as coisas pra ele!” Isto a deixa desapontada, pois compreende que até as pessoas que gostam dela afirmam o mesmo, que querem ver o seu bem. No entanto, diz que muitos que falam isto é para lhe magoar: “Que gostam mesmo de cutucar assim a pessoa, pra magoar mesmo.”

Embora existam tais comentários, ela afirma fazer planos para o futuro do casal, inclusive ter filhos, porém somente quando ele sair da prisão, pois acha “mais humilhante uma mulher grávida indo pra porta de cadeia”. Como o namorado possui uma casa num outro Estado, Elisa diz que ambos fazem planos de vender esse imóvel, quando ele sair, a fim de comprar um outro em São Paulo para eles morarem. Além disso, ela imagina a vida do casal após o companheiro ter liberdade da seguinte maneira:

“– Vai mudar muita coisa, porque ele não é uma pessoa, como eu posso dizer, de viver dentro de casa, porque ele mesmo já falou não é de dentro de casa. Mas ele falou pra mim que quando ele sair ele vai mudar muito, tipo manter a casa, essas coisas. Quer terminar os estudos, fazer uma faculdade, né. Ele falou que serviço vai ser complicado porque muitas empresas não pega, mas que vai tentar fazer alguma coisa da vida, porque dessa vida ele não quer mais por ele tá sofrendo nesta cadeia. Porque aqui no Belém ele já pensava maldade e aqui não, aqui ele já pensa outra coisa, a mente dele já mudou muito ali, e eu dou graças a Deus por ter mudado. Ele pensa totalmente diferente.”

Há um mecanismo nesse discurso que denota o grau de idealização projetada na relação. Mesmo ela afirmando que sabe que ele não é uma pessoa caseira, fantasia que quando viverem juntos ele irá mudar. Além do fato de nutrir uma ilusão de que poderá mudar o comportamento do companheiro:

“– Pensava em ficar com ele porque eu falava pra ele que eu ia ajudar, eu ia mudar ele mesmo. A mente dele, o jeito dele, eu ia mudar ele, ele querendo ou não, entendeu? Se quiser ficar comigo, mas ele ficava calado, não falava nada. Hoje em dia ele fala: ‘bem que você falou, você vai querer mudar eu e você vai conseguir!’.”

Outra responsabilidade assumida por Elisa é o contato com o advogado que cuida do processo judiciário criminal. A mãe do rapaz não mais se compromete com tais assuntos: “De tanto que ele pediu pra mãe dele, pra ela correr atrás, era a mesma coisa que dizer pra ela não se mexer, entendeu? Aí ele pede pra mim porque ele sabe que eu vou.” Isto denota que em Elisa atuam fortemente os papéis de mãe e namorada, interpondo, nesse relacionamento, aspectos de conjugalidade e parentalidade.

Análise Geral

Com base nas características levantadas e, fundamentalmente, por meio das similaridades e diferenças encontradas na escuta do discurso das mulheres dos cinco casos descritos, pôde-se realizar uma análise dividindo-se os conteúdos coletados em quatro pontos principais:

- a) aspectos gerais em comum;
- b) sobre a escolha objetal;
- c) sobre a personalidade da mulher;
- d) aspectos socioculturais.

Dessa forma, tem-se o intuito de ampliar uma compreensão acerca de como se desencadeou a escolha amorosa dessas mulheres por um parceiro presidiário e da subsequente formação do casal. Em vista disso, sobre a relação conjugal, o modelo de abordagem apresentado por Meyer (2002) se mostra bastante pertinente para o estudo em questão:

Penso que a relação conjugal firma-se como o resultado de uma condensação que se dá entre fantasias específicas, de caráter inconsciente, elaboradas em paralelo por cada membro do par: são as fantasias a respeito da concepção e funcionamento do vínculo conjugal construídas para formar a relação. (...) cada membro que vai compor a relação traz, para formá-la, um projeto pessoal, abrangente, visando dar-lhe estrutura, organização e dinâmica singulares. (p. 249-250)

a) Aspectos Gerais em Comum

Todas são mulheres que se organizam muito bem diante da ausência real do marido/namorado em sua vida cotidiana. Aliás, é justamente a condição de estarem detidas que demonstra ser a razão fundamental que os tornaram atrativos a elas para a escolha inicial para o relacionamento. Mesmo após terem a oportunidade de viver um período em conjugalidade cotidiana, mostram uma evidente satisfação com o retorno do marido à prisão. O que significa o homem estar preso? Para Beatriz, o sossego; para Anali, um desabrochamento de seu potencial profissional; Para Denise: uma tentativa de garantia da fidelidade. Há um desejo pela contenção dos homens, sobretudo por causa da impotência delas diante da situação de extremo descontrole comportamental do parceiro. Fato este compatível com o que Lamanno (1993) escreve a respeito da relação conjugal como um reviver pré-edípico:

A união com o outro é ao mesmo tempo intensamente buscada e repudiada, talvez por representar um agente desintegrador, temido pelo caos, pela confusão e pela desordem provocados na mente que tenta sair de um estado narcísico. (p. 86)

Por conseguinte, demonstram total compreensão sobre a condição prisional do parceiro. Fidelidade e apoio são mantidos mesmo com as sentenças longas e definidas.

Afirmam ser o uso de drogas e o envolvimento com o tráfico as causas principais do comportamento criminal do companheiro. Embora eles tenham cometido outros atos criminais, estes são tidos como consequentes do contexto da droga.

Alguns dos parceiros têm passagens recorrentes de detenção, e, nos períodos que se encontravam em liberdade, realizaram trabalhos informais. Inclusive não possuem uma profissão definida, efetuando apenas “bicos” e serviços de trabalho informal.

De modo geral, os constrangimentos da visita íntima no Centro de Detenção são bem resolvidos, porém, elas demonstram um ressentimento diante do preconceito acometido pelas

agentes penitenciárias, sendo estas, segundo a opinião das entrevistadas, as poucas que têm atitudes preconceituosas pelo fato de elas se relacionarem com presidiários. Afirmam também que as agentes acabam correlacionando-as com a criminalidade por serem esposas de presos.

Ter o filho na relação foi uma opção consciente para Anali e Carla, e um “descuido” para Beatriz, porém, deixaram implícito que o filho garantiria a decisão de continuidade do relacionamento (tanto por parte delas, quanto dos companheiros).

A prisão é vista como contenção para situações eventuais de infidelidade, inviabilizando e/ou dificultando a possibilidade de traição amorosa. Por isso, o caráter de exclusividade é imposto pela via prisional, satisfazendo o desejo da mulher em ser única e especial.

Apesar de ser uma resposta previsível na entrevista, todas as mulheres afirmaram não ter nenhum envolvimento com a criminalidade (tanto no presente como no passado).

Fica implícito que a relação sexual está em segundo plano de importância para a manutenção do casal. Como exemplo, Beatriz cita uma ocasião de visita íntima em que ficaram apenas conversando, por ela não estar se sentindo muito confortável no dia. Também existe períodos em que as visitas ficam suspensas pelo fato de os prisioneiros estarem “de castigo” por má conduta, conforme citado por Carla, Denise e Anali.

São mulheres que prestigiam a imagem da família e acreditam que a figura do pai de seu filho seja extremamente importante para a manutenção da estrutura familiar. Beatriz e Carla deixam explícito que o pai da criança, mesmo preso, torna-se um “exemplo de família”. Isto retoma a ideia de que realizam uma cisão da personalidade do parceiro, pois mesmo sendo ele um transgressor para a sociedade, paradoxalmente pode ser tido como “modelo” de família. Em detrimento a essa característica, temos um aporte no trabalho de Sarti (2009), na obra “A Família como Espelho – um estudo sobre a moral dos pobres”:

O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é família, porque a família é pensada como uma ordem moral, onde

o homem representa a autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença “desnecessária” continua necessária. (SARTI, 2009, p. 70)

b) Sobre a Escolha Objetal

Os aspectos conscientes sobre a escolha não ficam tão evidentes no discurso da mulher (principalmente Anali, Carla e Elisa, mas Beatriz também expressa um conteúdo vazio sobre isto). Quase todas, ao serem questionadas sobre os motivos que consideram pertinentes ao marido para suscitar seu interesse, demonstram bastante dificuldade para responder.

A contratransferência nessa situação foi analisada quando o pesquisador observou sua insistência com perguntas sobre os aspectos dos parceiros motivadores do interesse. Por que as perguntas desse tipo se faziam persistentes na entrevista? Porque não havia respostas, o discurso se tornava vazio e algumas vezes o silêncio era o que predominava. Com isso, podemos tomar a seguinte reflexão de Rosa (2004) sobre a pesquisa de fenômenos sociais:

O método é a escuta e interpretação do sujeito do desejo, em que o saber está no sujeito, um saber que ele não sabe que tem e que se produz na relação que será chamada transferencial. (...) O sintoma é a realização do desejo, o lugar da verdade do sujeito, uma mensagem, um enigma a ser decifrado; nele está o cerne da subjetividade. (p. 340)

Gomes e Porchat (2006) descrevem o desenvolvimento da escolha objetal seguindo dois motivos básicos: 1) os *conscientes*, em que os parceiros se escolheriam tendo consciência da influência do contexto sociocultural e das motivações pessoais sobre sua escolha; esta, para além da atração física, derivaria também de afinidades como os mesmos gostos, os mesmos valores, o mesmo nível cultural, etc. e 2) os *inconscientes* que, com base na primazia do infantil, trariam uma possibilidade de captar no outro maneiras para se elaborar os seus complexos e suas necessidades internas, derivadas sobretudo da infância. Apesar de esses dois

aspectos se complementarem, no caso das mulheres deste estudo, os aspectos inconscientes vão “aparecendo” mais facilmente, implicados em seus discursos e observados sob a perspectiva da escuta psicanalítica do pesquisador.

A maneira como conheceram o namorado e/ou marido é recorrente nos quatro casos analisados (exceto Anali). As quatro mulheres possuíam algum conhecido que tinha parentes ou amigos em situação de cárcere, que estavam predispostos a conhecerem mulheres interessadas em iniciar um relacionamento. Anali foi o único caso em que o modo como iniciou a relação se estabeleceu de forma diferenciada, como foi descrito na apresentação do seu histórico.

De modo geral, trata-se de uma escolha objetal singular justamente pelo fato de o homem estar preso. Nos discursos das mulheres está implícito que o desejo surge e se concretiza a partir da condição específica de sua prisão. O parceiro é extremamente idealizado e a ausência física dele se torna facilitadora da manutenção de sua idealização, sendo isto denotado na dificuldade inconsciente da mulher para lidar com o cotidiano real quando da vivência com o parceiro. A opção pelo homem preso e transgressor recorrente facilita o afastamento da vida conjugal no plano da realidade, afinal, a mulher tem como pretexto não ser sua culpa o fato de o homem viver “aprontando” e acabar voltando para a cadeia.

Corroborando com essa perspectiva idealizadora, Násio descreve a importante presença da fantasia na construção da imagem do outro, a qual recentra o desejo, pois “a pessoa amada deixou de ser apenas uma instância exterior, para viver também no interior de nós, como um objeto fantasiado” (2007, p. 56). Ainda segundo o autor: “O ser que mais amamos continua sendo inevitavelmente o ser que mais nos insatisfaz. A insatisfação do desejo se traduz na realidade cotidiana do casal pela atração pelo outro, mas também pelo descontentamento em relação a ele.” (2007, p. 56).

Em quase todos os casos apresentados, não há outros episódios de relacionamentos com um presidiário na família da entrevistada, exceto no caso de Elisa, cuja irmã também se

relaciona com um criminoso, que se envolve em transgressões e é preso frequentemente. Esse diferencial na história familiar de Elisa pode suscitar a hipótese que deva existir nela, além dos aspectos levantados nas demais mulheres analisadas, uma característica de rebeldia contra o núcleo familiar, estabelecido pelas irmãs ao namorarem um criminoso contra a vontade de todos os parentes. Podemos hipotetizar que seja uma forma de confronto com os pais ao utilizarem esse tipo de relacionamento amoroso.

Outro fator interessante é a ocorrência de um processo de cisão da personalidade do homem (apesar de criminoso e de realizar ilegalidades, é considerado um sujeito bom, fácil de conviver, ótima pessoa, atencioso, brincalhão, etc.). A ilusão se instala como um agente psíquico facilitador para a manutenção das idealizações do lado “bom” do sujeito, lado este que viabiliza inclusive a aceitação social dele. As transgressões são citadas sempre acompanhadas de justificativas e formas de se amenizar a gravidade do ato criminal. Tal processo de cisão também pôde ser observado em um estudo feito por Few e Rosen (2005) sobre mulheres vítimas de violência e que permanecem na relação, no qual as autoras pontuam que: “As vítimas de abuso desenvolvem esse processo de cisão, de modo a enxergarem apenas os bons momentos da relação e minimizarem os abusos crônicos por elas sofridos.” (p. 275)¹¹

Os planos para o futuro conjugal são literalmente mantidos apenas na conversa. Elas afirmam que falam bastante com o parceiro a respeito do futuro do casal, ficando, portanto, a vida conjugal no plano da idealização, visto que, quando a parceria foi vivida no cotidiano, tiveram um alto grau de conflitos de adaptação com o comportamento do marido real (drogado, sem trabalho, vivendo da ilegalidade, realizando crimes velados ou não).

¹¹ Tradução de minha autoria.

c) Sobre a Personalidade da Mulher

Existe uma identificação clara com o papel de cuidadora e em ser inspiradora para que o marido deixe a criminalidade em função do apoio e da fidelidade por elas despendidos. Em muitas situações as funções maternas são extremamente presentes na relação. Afirmam que as mães dos companheiros não mais vão visitá-los, deixando ao cargo delas esse papel. É como se as mães já estivessem “esgotadas”, passando essa função materna de cuidados para as companheiras, a qual é tomada com evidente disponibilidade.

No caso 1, há diferença sutil em Anali que demonstra um fascínio e certo encantamento (velado no discurso) pela transgressão do companheiro, ao mesmo tempo em que o seu comportamento configura-se como tranquilo e responsável. O marido é o provável realizador de pulsões recalcadas pelo superego, evidenciando a parceria amorosa como um tipo de escolha complementar.

De modo geral, o discurso das mulheres é permeado por diversas contradições de ideias e afirmações ao longo de toda a entrevista, por exemplo:

- Ao mesmo tempo em que sente a falta do marido, já desejou e agradeceu a Deus pela sua prisão.
- Não suporta a ausência do parceiro, porém, afirma que só depois que este voltou para a prisão é que se desenvolveu profissionalmente ou teve sossego na vida.
- No período em que moraram na mesma casa, não se desgrudavam, faziam tudo juntos, ele era um ótimo companheiro, etc., contradizendo com o alívio em relação à ausência pela condição prisional.
- Carla trabalha exercendo a função de “vigilante patrimonial”, enquanto seu marido possui um caráter transgressor.

- Nos períodos de convívio, este era tido como “maravilhoso” em quase todas as situações, no entanto, também são descritas muitas brigas intoleráveis por causa da droga, ameaças de separação ou separações temporárias.
- No caso de Beatriz, o vício do marido a incomoda muito, porém, sempre conviveu com pessoas que faziam uso de droga. Diz nunca ter sentido vontade de experimentar. É tabagista.
- A maioria enxerga o marido na prisão como algo necessário para a recuperação ou regeneração dele, sem nenhum questionamento quanto à verdadeira realidade prisional. Elisa, por exemplo, afirma se sentir triste em ter o marido na prisão, porém, ao mesmo tempo se sente emocionada pelo fato de estar “vendo ele bem” ali dentro.

Em decorrência de uma história amorosa repleta de dificuldades e contratempos em relação aos padrões sociais preestabelecidos, a mulher consegue construir uma autoimagem cheia de predicativos (compreensiva, boa, generosa e altruísta) e também consegue evidenciar e estender essa imagem diante das pessoas do seu círculo social (parentes e amigos). Assim, sua imagem fica fortemente vinculada à figura do marido, fazendo com que a ausência dele torne-se paradoxalmente uma presença fundamental.

Em se tratando da relação que essas mulheres estabelecem com o trabalho, Anali, Carla e Elisa têm certa autonomia na vida (possuem empregos estabelecidos), em contraposição à Denise e Beatriz, que sobrevivem com a ajuda financeira dos filhos e da sogra, respectivamente. No caso das mulheres que sustentam a família, o fazem de modo pró-ativo e demonstram satisfação por sua independência econômica e por também não dependerem “em nada” do companheiro. Aliás, fica evidente que elas se sentem muito mais provedoras para o parceiro nas dimensões emocional e financeira.

Um aspecto diferenciado surge na entrevista com Carla e Denise em relação ao desejo de fidelidade. Parece que desejam que a prisão do companheiro possa amenizar a angústia de o

parceiro ser infiel no relacionamento. Denise conta que o namorado anterior a traía mesmo enquanto preso. Durante a visita, o sujeito inventava situações para “dar uma escapada” e se relacionar sexualmente com outra mulher, enquanto Denise o aguardava na cela. Após descobrir o que ocorria, ela rompeu com o sujeito e, com o atual namorado, se sente bastante insegura em decorrência dessa experiência que a desencantou.

Outra característica que se distingue no grupo estudado ocorre no caso de Elisa, no fato de ela se apresentar como sendo uma pessoa bastante possessiva. Tal possessividade pode parecer óbvia em todos os casos, ou seja, ter o companheiro em cárcere significa que ele esteja “preso” apenas para ela; contudo, nas entrevistas, somente Elisa demonstra claramente esta sua característica.

d) Aspectos Socioculturais

Indiscutivelmente o fenômeno do amor tem se modificado histórica e socialmente, cuja dimensão de transformação conceitual condiz com as evoluções da estrutura social que cada vez mais dão origem a mudança dos conceitos estabelecidos de amor e da codificação própria do ideal social de amor. Segundo Torres (1987):

As relações sociais têm múltiplas dimensões – uma das dimensões é a dimensão afectiva. Ela opera em todos os domínios da vida social – trabalho e profissão, família, lazer. E podemos então dizer que um dos lugares privilegiados ou operador simbólico fundamental das relações afectivas são as relações amorosas – nelas estão ainda inscritos diversos níveis da realidade. (p. 22)

As entrevistadas são mulheres incluídas em situações socioculturais que permitem o acesso a um tipo de ideal amoroso condizente com a realidade de vida delas. Suas idealizações permeiam o universo cotidiano de sua classe social desfavorecida, de suas relações de amizade

e parentalidade. Por viverem em condições financeiras precárias, o universo prisional e sua infraestrutura desfavorável e degradante, para tais mulheres, acaba não diferindo muito de suas experiências cotidianas. Por exemplo, a maioria das entrevistadas vive em casas extremamente simples, de um cômodo ou dois (no máximo), em fundo de quintal com várias outras casas (ou em favela), de modo que o ambiente doméstico possui atributos materiais de extrema simplicidade e precariedade, que facilitam o não estranhamento diante do ambiente físico prisional no qual realizam os encontros com o parceiro. O exemplo mais evidente é caso de Denise, que mora em apenas um cômodo numa favela junto com seus quatro filhos adolescentes, a falta de privacidade vivenciada nas visitas íntimas na cela da prisão (em que se realiza o ato sexual numa cama localizada em espaço coletivo, separada apenas por lençóis), não lhe parece algo incômodo ou desmotivador sexualmente, ou que possam interferir na manutenção do relacionamento.

O ambiente social em que vivem se caracteriza pela convivência entre dois tipos de indivíduo: trabalhadores e “bandidos”. Isto está de acordo com Sarti, quando afirma que: “O peso negativo atribuído ao favelado aproxima essa categoria da de bandido, como integrantes do mundo da desordem.” (2009, p. 122) Assim, estando o local em que moram muitas vezes diretamente correlacionado ao mundo da bandidagem, não fica difícil para as mulheres terem maior familiaridade com a figura do criminoso, o qual transita inevitavelmente no seu universo cotidiano. Ainda segundo Sarti:

O fato é que os *trabalhadores* e os *bandidos* são parte integrante da sociabilidade local. Criam-se necessariamente regras de convivência entre os moradores do bairro e os bandidos, envolvendo sempre relações tensas, com base no medo de quem se sabe ameaçado, no limite, por armas de fogo. (2009, p. 124-125)

A convivência entre esses dois universos potencializa a disponibilidade de a mulher imaginar-se tendo um relacionamento com essa figura do seu cotidiano, mesmo quando seus

valores sociais conscientes são diferentes daqueles valores comprometidos pelos atos transgressores do criminoso.

Pelo fato de todas as mulheres serem trabalhadoras (incluindo Beatriz e Denise, embora temporariamente desempregadas), a característica laboral se aflora como um recurso de confronto à ausência do marido provedor, como bem apresentado por Sarti: “Sobretudo na ausência do homem/provedor, que faz o sentido do trabalho feminino assemelhar-se ao do masculino, o trabalho configura a potencialidade de realização e afirmação individual para a mulher tanto quanto para o homem”. (2009, p. 103)

VII. DISCUSSÃO

1. A Prisão como Continente de Desejos

A paixão vivida por uma pessoa pode ser identificada por diversas condutas e pensamentos: estado internalizado de euforia diante da presença do outro, idealizações projetivas ampliadas, esperança em planos de vida compartilhados, inquietude libidinal instigada projetivamente no corpo do outro, contemplação do objeto de forma a amenizar seus defeitos, etc. Tais vicissitudes que ilustram o estar apaixonado refletem planos e estado de contemplação práticos em direção ao outro, aquele que sustenta – pelos olhos da paixão – um objeto bem próximo da perfeição ideal. Não é isso o que mais se escuta cotidianamente das pessoas apaixonadas? “Ele(a) é perfeito(a)!” Estar diante de alguém que “materializa” as idealizações amorosas desencadeia desejos que ligam o plano do imaginário aos sintomas expressos no corpo, na libido. Assim, uma indagação básica é pertinente: o que faz um presidiário parecer “perfeito” aos olhos da mulher que se seduz por ele?

Além de ele ser possuidor de uma organização psíquica transgressora que pode ir de encontro à realização das fantasias da mulher, o fato de estar contido em uma instituição prisional é outro atrativo que se mostra de muita relevância.

Uma ambiguidade é projetada no Centro de Detenção, o qual traz uma dimensão psíquica concreta, pois é constitutivo no plano da realidade como instituição, ao mesmo tempo em que pode ser um fomento para a fantasia da mulher, que toma tal instituição como *aquela capaz de punir*.

Assim, a prisão traz um recurso possível para reprimir as transgressões do companheiro e propiciar a recuperação do caráter criminal dele, que ela própria não conseguiu conter na sua fantasia inicial de cuidadora e detentora de atributos suficientes para amenizar e “controlar” o marido das suas tendências transgressoras.

O presídio também representa uma esfera de idealizações projetivas. As mulheres trazem no discurso que a prisão é considerada um lugar ruim, de más companhias, sofrimento do companheiro e constrangimento para ela; porém, ao mesmo tempo, o Centro de Detenção é o lugar no qual o homem irá se recuperar e é o espaço que pode conter o desequilíbrio de conduta dele (ou seja, na fantasia, é uma instituição que trará bons frutos).

Esses aspectos também são bastante conturbadores e ambíguos, visto que a lógica da transgressão do marido tida como fantasia de realização do reprimido da mulher, na prática cotidiana, é controlada pelo Centro de Detenção. Com isso, a situação prisional acaba contendo e reprimindo justamente os atos transgressores do parceiro que seriam um dos fatores fomentadores do encantamento amoroso. Nos parâmetros do narcisismo, esse movimento de conflito é observado por Levy e Féres-Carneiro (2008) da seguinte maneira:

Por um lado, o parceiro de uma relação conjugal é, de certo modo, um instrumento a serviço do narcisismo do sujeito; por outro lado, quando um casal se forma, para que cada sujeito tolere as peculiaridades do outro, faz-se necessária uma limitação de seus narcisismos. O movimento de buscar no outro um suporte para o próprio narcisismo ou o reconhecimento da sua subjetividade esbarra num outro sujeito que, por sua vez, faz limite ao narcisismo do primeiro. (p. 30)

2. A Visita Íntima

O dia de visita caracteriza-se como uma espécie de *evento* para a mulher. Há diversos preparativos a serem arrumados, principalmente no que diz respeito à alimentação do companheiro. Comida caseira é levada para o homem, por acharem que a comida da prisão não é agradável. Nos três casos em que se possui o filho, há de se pensar quem ficará cuidando da criança ou se a mesma será levada para ver o pai. Há de se pensar se a mulher terá dinheiro para pagar o transporte até o CDP, pois quando não há dinheiro para isto, a visita é postergada para a semana seguinte.

Gilmar Rodrigues (2009), no livro “Loucas de Amor”, descreve características bastante semelhantes às observadas nesta dissertação acerca da dinâmica estabelecida na fila da visita para entrada no local. Na sua obra, o autor pesquisou as mulheres que amam *serial killers* e criminosos sexuais. Ao conhecer a Penitenciária da cidade de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, Rodrigues faz a seguinte descrição desse dia:

As visitas começam às sete horas da manhã de sábado, mas desde as três começa a se formar a fila, quase inteiramente constituída de mulheres. São irmãs, mães, esposas e muitas amásias. A maioria das amásias é jovem, mas há um número notável de mulheres em torno de 50 anos. Depois de quatro, cinco horas de viagem, as moças vão chegando em ônibus fretados de São Paulo, do ABC, de Santos. Na fila elas contam as novidades, lancham, confidenciam seus problemas e cuidam dos filhos que trazem a reboque. (RODRIGUES, 2009, p. 67)

O ritual de entrada no Centro de Detenção é algo que causa o constrangimento natural em função da invasividade do processo de revista, porém, para elas o incômodo maior ocorre nas primeiras revistas, quando todos os procedimentos são novos e constrangedores, sendo a prática incorporada com naturalidade após algumas visitas. O que as mulheres mais reclamam em relação à revista é o comportamento austero e arrogante das agentes penitenciárias. São estas que demonstram um enorme preconceito diante da “mulher do preso”. Indistintamente tratam todas como se fossem comparsas dos presidiários, o que no caso das entrevistadas, não se revela uma verdade, pois todas afirmam não terem o menor interesse em compartilhar de qualquer ato criminal a fim de auxiliar o parceiro. Diante dessa circunstância, Foucault (1983) expõe uma recorrência de um tipo de comportamento violento e discriminatório “em excesso” dos indivíduos que trabalham no sistema prisional como um todo. Diz ele:

A grande maquinaria carcerária está ligada ao próprio funcionamento da prisão. Podemos bem ver o sinal dessa autonomia nas violências “inúteis” dos guardas ou no despotismo de uma administração que tem privilégios das quatro paredes. (FOUCAULT, 1983, p. 220)

Passado o incômodo na relação estabelecida pelas agentes penitenciárias, a permanência no espaço prisional não é tomada como inconveniente, até pelo fato de elas afirmarem que existe “muito respeito” no dia da visita. O respeito concerne ao fato de os companheiros de cadeia jamais “olharem com outros olhos” a parceira do amigo. Trata-se de uma espécie de tabu o sujeito “mexer” com a namorada alheia. Em casos mais extremos, os homens evitam até mesmo dirigir o olhar para a companheira do outro prisioneiro, a fim de não causarem desconfiança naquele que tem a mulher como alvo de uma suposta cobiça. É um tipo de código de valores estabelecido entre a população carcerária.

Embora seja um dia que contempla uma sexualização, pois é o momento para se ter a relação sexual com o parceiro, as mulheres não encaram esse fator como predominante para a situação em si gerar excitação, visto que em diversas ocasiões de visita, descritas pelas entrevistadas, o ato sexual não ocorre efetivamente, por razões das mais variadas (indisposição, falta de privacidade, presença do filho no ambiente prisional, entre outras).

Assim, são criados outros vínculos com o parceiro no dia da visita íntima. É o momento que ambos têm para conversarem sobre assuntos diversos, o que engloba também assuntos relacionados ao futuro do casal. Muitos planos são construídos como uma maneira intuitiva de manter a conjugalidade num patamar de idealização. São traçados objetivos em comum que não contemplam o momento atual, pois, conforme percebido nas entrevistas, a maior parte dos planos gira em torno da condição de liberdade do parceiro.

O *evento* estabelecido em torno da ida para o Centro de Detenção não deixa de abranger um número grande de procedimentos e predisposições que fazem dele algo a mais do que um local e hora para se praticar a relação sexual. No entanto, este é o espaço reservado para que isto aconteça, mesmo quando não necessariamente aconteça, como vimos. Quando ocorre a intimidade sexual, outros rituais são disponibilizados de modo que o ato em si seja preservado da presença, dos olhares e da escuta dos outros moradores do espaço prisional. Há medidas preventivas para preservar uma intimidade mínima, como, por exemplo, em alguns casos os

presos combinam um “rodízio”, sendo que enquanto um casal se encontra na cela, os demais colegas de prisão se ausentam do local. Em todo o caso, a cama do prisioneiro que recebe a companhia é camuflada e protegida por lençóis dispostos de modo a impedir que os outros visualizem o ato. Este é um dos fatores de incômodo mais recorrente exposto nas entrevistas, sendo a falta de privacidade um constrangimento que elas superam com esforço e criatividade.

Assim sendo, no dia da visita íntima emerge uma espacialidade e temporalidade específicas na construção de dispositivos que envolvem a relação sexual. É o local singular e a hora determinada que fixam a relação íntima do casal num âmbito que circula entre disposição e contenções do prazer sexual a dois causadas por fatores externos.

A dinâmica estabelecida para a visita íntima se assemelha, em alguns aspectos, ao modo de funcionamento dos relacionamentos vividos no período de namoro. Os encontros programados uma vez por semana (ou quinzenais), os preparativos e a produção pessoal para o encontro, morar em lugares separados e a relação sexual eventual são características que se afastam daquilo que conhecemos como conjugalidade tradicional, aproximando essa situação com a do casal de namorados. Estes conversam e fazem planos para o futuro, assim como o fazem os casais aqui representados.

Parece que manter o relacionamento (mesmo quando existe o matrimônio) sob o enquadramento de namoro evidencia ser este um perfil de convivência que as mulheres em questão estão dispostas a conduzir. É como se elas desejassem perpetuar esse modo de funcionamento relacional a fim de se retirarem da vida conjugal cotidiana e afastarem os encaixos e as insatisfações provindos da vivência com parceiro em seu dia a dia.

3. Quando É o Outro quem Transgride

Tratando-se da especificidade da escolha objetal pertinente à mulher aqui focada, podemos fazer uma correlação do seu estado passional e/ou amoroso com a pulsão de agressividade inerente ao ser humano, a qual geralmente é colocada de lado pelo fato de o sujeito ter de abrir mão da satisfação agressiva inata para poder viver em sociedade. Em conformidade a isso, Sterian (2003, p. 41) observa que: “No entanto, mesmo que reprimida, essa pulsão não desaparece. Fica apenas *subjugada* por uma instância psíquica à qual denominamos superego”.

A autora aborda o fato de um sujeito sentir ao mesmo tempo fascínio e repulsa por circunstâncias de agressividade executadas por outro ser humano: “Diante da exibição explícita da potência da agressividade no outro, as pessoas regozijam-se com a possibilidade de alguém poder liberar-se do jugo do superego” (STERIAN, 2003, p. 42).

Visto que a agressividade inata é rompida socialmente pelos sujeitos que se enveredam pelo mundo da criminalidade, podemos partir da hipótese de que tal situação acarrete um certo fascínio inicial sobre o qual algumas mulheres se regozijam por meio da identificação com a agressividade manifesta do outro (no caso, o delinquente presidiário).

Esse processo nada mais é do que a constatação das implicações abordadas por Freud em *O Mal-estar na Civilização* (1930) acerca da hostilidade e agressividade dos homens uns com os outros, e, “se a agressividade é inerente à natureza humana, é por também ser fonte de prazer e, como tal, ser complementar ao amor” (ROUDINESCO, 1998, p. 491).

Quando, no Caso 1, Anali expõe os detalhes das ações contraventoras do marido como se contasse cenas de um filme de aventura, com rebuscados sinais de encantamento pelas transgressões, evidencia a realização de fantasias acerca de um comportamento idealizado através da quebra de rotina e de ações “cheias de adrenalina”, sentindo-se satisfeita em estar ao lado de alguém capaz de agir tão livremente. O amor bandido representa, portanto, a

constituição das idealizações contraventoras e de “aventuras” criminais através do outro. As mulheres, de modo geral, se deixam encantar pelo plano da fantasia, porém, é no plano da realidade que os impasses do comportamento do marido se tornam efetivos e, com isso, elas não conseguem controlar os contratempos advindos dos atos criminais nas situações práticas do dia a dia. Assim, necessitam de um elemento externo (a prisão) que seja capaz de contê-los e realocá-los num estado que os mantenham controlados, inclusive como um recurso auxiliar para que o sentimento amoroso destinado a eles não seja abalado e permaneça em local efetivamente seguro.

A característica motivadora de interesse amoroso focada na figura do transgressor foi também descrita por Rodrigues (2009) no já citado livro “Loucas de Amor”. Vale ressaltar que se trata de um trabalho jornalístico, no qual o autor pesquisou as mulheres que amam *serial killers* e criminosos sexuais. Entusiasmado em tentar compreender a causa da busca de mulheres por criminosos, os casos mais famosos divulgados na mídia que inspiraram Rodrigues foram: Francisco de Assis Pereira (o Maníaco do Parque) e João Acácio (o Bandido da Luz Vermelha), principalmente devido ao fato de ambos demandarem um notável número de mulheres apaixonadas e interessadas em conhecê-los para manter um relacionamento. Embora a pesquisa do autor não tenha caráter científico, e na falta de literatura acadêmico-científica que retrate esse assunto, pôde-se levantar três traços convergentes entre as mulheres que ele descreveu e as estudadas nesta dissertação: a) o companheiro preso é condição motivadora para sustentar o interesse; b) a mulher subjetivamente normaliza o ato transgressor e faz com que a ação violenta/criminal seja minimizada; c) são mulheres que não têm envolvimento com a criminalidade. O autor, livre para expor suas opiniões sem embasamento técnico ou teórico, foi pragmático na categorização a respeito das mulheres que entrevistou. Numa linguagem descontraída e informal, ele diz:

Acabei farto da conversa delas. Era sempre a mesma papagaiada: “Eu encontrei o cara certo, ele é o homem da minha vida, ele me trata como uma deusa.” Claro que alguns podem se recuperar, mas aquela carência toda era

muito chata. Não as julgo, muito menos as condeno, mas é inquietante saber que os namorados e maridos presos eram o sentido, o norte da vida delas. Desejo sinceramente que elas sejam felizes. Mas talvez com o companheiro preso elas sejam mais felizes do que com ele solto... (RODRIGUES, 2009, p. 94)

Apesar de o autor estar tomado de valores pessoais, de algum modo seu ponto de vista converge com as características encontradas nas mulheres da pesquisa desta dissertação. Outra curiosa opinião que ele apresenta, e também pode ser comparada com o que foi levantado aqui, é a seguinte:

Existiam mulheres se correspondendo com um assassino bárbaro! Durante a elaboração do livro isso me causou grande perplexidade. Às vezes até indignação com a situação toda, mas no final achei um ponto de admiração na escolha radical dessas mulheres... a ilusão. (RODRIGUES, 2009, p. 154, grifo meu)

Assim, vale retomar o que Freud exprimiu sobre ilusão: “A distensão do vínculo com a realidade vai mais longe; a satisfação é obtida através de ilusões, reconhecidas como tais, sem que se verifique permissão para que a discrepância entre elas e a realidade interfira na sua função.” (FREUD, 1930, p. 88).

Desse modo, podemos perceber que o que as mulheres desta dissertação tomam como realidade, está atravessado pela ilusão que se predispõem a acreditar tanto em relação ao objeto amado, quanto em relação às próprias condições do relacionamento (projetam situações para o futuro englobando planos com o homem regenerado, fazem vista grossa aos atos criminais, tentando amenizar as transgressões do parceiro). Esse relacionamento apresenta uma ambiguidade fundamental, que consiste na convivência com sentimentos opostos: ao mesmo tempo em que o caráter transgressor e criminal é um atrativo, as mulheres trazem no discurso o desejo de que a prisão seja o espaço onde eles possam se regenerar e se corrigir de seus “erros” sociais.

4. A Configuração Familiar do Casal

Giddens (1992), na obra “A Transformação da Intimidade”, nos ajuda a iniciar uma reflexão acerca da dinâmica conjugal e familiar desenvolvida pelas mulheres aqui analisadas.

Segundo ele:

Hoje em dia a “sexualidade” tem sido descoberta, revelada e propícia ao desenvolvimento de estilos de vida bastante variados. É algo que cada um de nós “tem”, ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas preestabelecido. De algum modo, que tem de ser investigado, a sexualidade funciona como um aspecto maleável do *eu*, um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais. (GIDDENS, 1992, p. 25)

Quando a mulher opta em ter um parceiro presidiário, evoca uma dinâmica conjugal específica, em que a própria intimidade sexual está dimensionada num campo diferenciado, o ato sexual está completamente formatado a uma espacialidade (a cela do CDP) e a uma temporalidade (o dia da visita) peculiares. Além disso, o dia da relação sexual é compartilhado com terceiros em dois aspectos: a) ao ser noticiado indiretamente a parentes, filhos e amigos, que no dia específico da visita íntima ocorrerá a relação sexual com o parceiro; b) ao se compartilhar o espaço físico da cela com os demais companheiros do Centro de Detenção, de modo que os colegas presentes têm conhecimento do ato sexual pela fragilidade do espaço físico (improvisa-se uma camuflagem da cama, ou beliche, por meio apenas de lençóis) e por poderem escutar sons que ocorrem inevitavelmente durante o ato sexual. Está marcado, assim, um estilo de vida bastante variado, sobretudo pela forma de sexualidade estabelecida, como aponta Giddens, na citação acima.

Esse modo específico de estruturar a dinâmica conjugal e familiar tem um fator social facilitador na contemporaneidade, pois é na atualidade que se torna possível contemplar uma diversidade maior de tipos de estabelecimentos de relacionamentos e também divulgá-los e

mantê-los com ou sem o aval dos valores preestabelecidos da sociedade, conforme salientado por Heilborn (2009):

Levanto a hipótese de que as trajetórias individuais e conjugais se diversificam na contemporaneidade. (...) Associa-se a característica hegemônica da individualização das normas, e o aumento da frequência de recomposições familiares ou de novos arranjos conjugais. (p. 80)

Segundo ainda esta autora, a: “Identidade social é, assim, a moldura possível onde os sujeitos podem existir e se expressar: um formato que não lhes é propriamente oferecido, mas sobre o qual o sujeito dispõe de certa capacidade de intervenção.” (HEILBORN, 2009, p. 81) A partir dessa afirmação, podemos identificar o caráter inventivo do relacionamento estabelecido pela mulher que escolhe o presidiário, o qual se encontra num limiar que permeia configurações de parceria que englobam duas dimensões fundamentais: **a)** as estruturas tradicionais de relacionamento conjugal (são fiéis, desejam o casamento legalizado, algumas possuem ou desejam filhos), e **b)** a especificidade de uma dinâmica familiar diferenciada (ausência física do parceiro, total liberdade de ações, independência financeira perante o marido, manutenção de uma relação em “moradias” separadas, entre outras).

Essa forma diferenciada da dinâmica estabelecida pode suscitar uma reflexão mais aprofundada sobre a sua organização intersubjetiva, a sustentabilidade das idealizações e do papel que a mulher fundamentou e fantasiou sobre o outro.

Quando a mulher decide manter um relacionamento amoroso sobre parâmetros adversos, e cuja ausência física do marido em seu cotidiano é um diferencial inclusive que a atrai, podemos conjecturar a respeito do papel do pai sobre a constituição da subjetividade do indivíduo. Sobre isto, temos bem resumido por Ceccarelli (2007) o seguinte:

Para que haja inserção no simbólico é necessário que alguém encarne o Outro. Este Outro – que Freud chama de pai, e Lacan de *função paterna* – é o agente promotor da alteridade. Sua função é de propiciar o

movimento psíquico, presente em toda cultura, que insere a criança na ordem simbólica própria ao humano ou, se preferirmos, que vai socializá-la. (p. 97)

Em três dos cinco casos analisados em que as entrevistadas possuíam filhos com parceiro preso (Anali, Beatriz e Carla), embora as crianças tenham o pai real, fica a indagação sobre quem detém a “verdadeira” função do pai. Não seriam essas mães que abarcariam ambas as funções? Aliás, como se articula a subjetividade imposta ao filho desse tipo de casal, ao pensarmos que a função de alteridade e de promoção da interdição está implicada justamente naquele que transgride e que *não* é um modelo do cumprimento das regras sociais. Não seria esta mais uma abstenção procurada pela mulher, para deixar a seu cargo também o “controle” das funções? Enquanto o outro está na prisão, é ela quem se afirma como sujeito, como detentora das funções familiares e envolta num estado narcísico que a impossibilita enfrentar as contraposições de suas idealizações do outro advindas com o plano do real, e que se sente complementada com a sua ausência; ausência esta que virtualmente se faz presente o tempo todo, afinal, é o outro quem encantadoramente transgride as regras que ela própria não consegue transpor e, nestes casos específicos, seguramente é este o pai escolhido para seu filho: aquele que, na realidade construída por ela, nunca está “presente” fisicamente para cumprir o papel de interventor.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da especificidade desta escolha amorosa, fica implícito que existam benefícios secundários obtidos pela mulher ao escolher um parceiro que se encontra em cárcere. O imaginário delas diante dessa situação é um indicativo de ser a condição de presidiário um dos motivos iniciais e importantes para o interesse e motivação na escolha e manutenção de um relacionamento amoroso com o homem nesta condição particular.

O sentimento de complementaridade atribuído, muitas vezes, pelas pessoas apaixonadas como uma das fontes que fizeram com que o sentimento passional se instalasse pode ser observado no que Freud discutiu em 1914 (em *Sobre o Narcisismo: uma Introdução*) e em 1921 (em *Psicologia das Massas*). No primeiro, Freud afirma que um (dos dois modelos por ele anunciados) modelo de escolha de objeto ocorre “em conformidade com o tipo narcisista, ou seja, o que a pessoa é, o que foi, o que gostaria de ser ou alguém que foi uma vez parte dela mesma”. Ora, se a falta existe fundamentada naquilo que o eu idealizou, portanto, a complementaridade designada ao outro só existe em sua origem e verdade exatamente no processo imaginário do eu. Talvez por isso Aulagnier (1985) afirme categoricamente a estreita ligação entre libido de objeto e libido narcísica, bem como a sua dificuldade em dissociá-las..

Mais do que pensar que amamos alguém porque este representa aquilo que nos falta, essa sensação de que falta algo e alguém pode completar ocorre, freudianamente falando, no narcisismo. A falta existe, nesse caso, a partir dos ideais próprios do eu, daquilo que se quer alcançar justamente para o eu e não foi conseguido pelo eu, projetando-se, assim, a possibilidade de completude no objeto, visto o que Freud afirma em *Psicologia das Massas* (1921):

O que aqui se falseia ao juízo é a tendência à *idealização*. Porém esse mesmo feito contribui para nos orientar. Reconhecemos, de fato, que o objeto é tratado como o próprio *eu* do sujeito e que no enamoramento passa ao objeto uma parte considerável da libido narcísica. Em algumas formas de escolha amorosa chega-se inclusive a evidenciar

que o objeto serve para substituir um ideal próprio e não alcançado do *eu*. Amamos como objeto a causa das perfeições as quais temos desejado para nosso próprio eu e que queremos agora procurar por tal subterfúgio para satisfazer o nosso narcisismo. (p. 50-51)

Ao se falar em escolha de objeto, o ato de criar uma ilusão sobre a imagem do outro representa uma articulação necessária e eficaz para que a figura do parceiro permaneça em um patamar imaginário suficientemente capaz de fazer com que tudo o que foi idealizado sobre ele não seja comprometido, num processo bastante favorável ao estabelecimento e manutenção do sentimento amoroso.

É o que avalia Násio ao mencionar importantes características ressaltadas na pessoa eleita no campo amoroso, enfatizando duas concepções que se estabelecem em relação ao outro: duas presenças, uma viva e uma fantasiada, sendo que a fantasiada é a que domina. Segundo ele: “Todos os nossos comportamentos, a maioria dos nossos julgamentos e o conjunto dos sentimentos que experimentamos em relação ao amado são rigorosamente determinados pela fantasia.” (2007, p. 56)

Embora haja um entrecruzamento entre os determinantes psíquicos e os socioculturais da escolha de parceiros presidiários por parte da mulher, observou-se que as motivações sociais mais diretas aparecem de maneira secundária no discurso delas. Não há, inclusive, uma imersão social prévia delas no meio dos presidiários, o que existiu - em todos os casos - foi uma afinidade prévia com a forma como elas chegaram até os parceiros (existiam pessoas “conhecidas” do presidiário que as apresentaram para ele). As motivações psicológicas, contudo, configuram-se mais determinantes nesse tipo de opção (representadas principalmente pelas idealizações projetadas na figura do parceiro preso, bem como no relacionamento estabelecido, cujo desgaste da convivência cotidiana é preservado pela ausência física do parceiro no dia a dia da mulher).

O fato de o homem estar preso e se encontrar à margem das regras sociais, bem como a dinâmica estabelecida pelo casal, possibilitam realizar uma reflexão distinta sobre a

organização intersubjetiva da mulher em questão. Estando o homem dentro ou à margem dos modelos sociais, o que está em relevância não foge daquilo que a Psicanálise aborda em seus primórdios: a singularidade do sujeito, seja nos seus atos, seja nas suas escolhas amorosas específicas.

As cinco mulheres analisadas nesta pesquisa formam um retrato singular de uma dinâmica conjugal diferenciada. Acabaram formando distintas invenções da conjugalidade, da parentalidade, da sexualidade, do desejo sobre a ausência, da ilusão estabelecida sobre a figura do outro. Entre idas e vindas, ilusões fundadas ou infundadas, de certa maneira criativa lidam com as adversidades econômicas, sociais e familiares. São mulheres ativas: algumas trabalham, sustentam os filhos, lutam por respeito e dignidade, se compadecem e acolhem o outro e, acima tudo, buscam a manutenção do relacionamento com esse homem que se encontra encarcerado.

A prisão é a metáfora do desejo de ter o parceiro preso a si, e de todo o controle superegoico que não conseguem em si mesmas, projetado no parceiro transgressor, buscando a institucionalização (justamente pela via penal) como forma para essa realização; além do que a presença física da figura masculina não é mais prerrogativa para o seu cotidiano.

Os homens presos são indivíduos pertencentes a uma estratificação social desfavorecida, cujas esposas/namoradas, apesar de também se encontrarem em condições sociais desprivilegiadas, são detentoras de um perfil cuidador e maternal diferenciado, e que irão apoiar o companheiro, independentemente do nível ou grau de criminalidade cometido por ele. Demonstram uma compreensão desmedida acerca dos atos transgressores do parceiro, sendo este fato, por conseguinte, o que faz delas as conselheiras, as que dão apoio e auxílio, as companheiras que irão ajudar a redimir os companheiros. Enquanto estão presos, acreditam de fato na provável mudança que ocorrerá nele, porém, à medida que têm oportunidade de conviver com o parceiro fora do cárcere, essa esperança é minimizada e o presídio será instituído como o “espaço” capaz de contê-los.

Como a escolha objetal está impregnada de idealização, as dificuldades da vivência cotidiana são afugentadas pela tentativa de se viver eternamente como “casais de namorado”. Além disso, o homem estando preso, a visita íntima, os preparativos para o encontro, a ausência do companheiro no cotidiano, a personalidade ativa e cuidadora da mulher, o caráter transgressor do parceiro delineiam algumas das vicissitudes da dinâmica conjugal formada a partir do legítimo interesse das mulheres analisadas nesta dissertação, que expressam, enfim, um contexto peculiar das nuances que envolvem essa escolha amorosa tão específica.

IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, C. A escolha do parceiro. *In: ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; SACCU, C. (org.). O casal em crise.* p. 47-57. 3.ed. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

AUGRAS, M. *A dimensão simbólica.* 3.ed. São Paulo: Vozes, 1980.

AULAGNIER, P. *Os destinos do prazer.* Rio de Janeiro: Imago, 1985.

BAUMAN, Z. *Amor Líquido.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 24, 2004

CECCARELLI, Paulo Roberto. Novas Configurações Familiares: Mitos e Verdades. *Jornal de Psicanálise*, vol. 40, n.72, p. 89-102. Jun., 2007.

DEALTRY, G. *No fio da navalha – malandragem na literatura e no samba.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

FALEIROS, V. P. Impunidade e inimputabilidade. *Serviço Social & Sociedade*, ano 24, n. 77. São Paulo: Cortez, abr. 2004.

FARIAS, F. R. *Por que, afinal, matamos?* Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

FEW, April L.; ROSEN, Karen H. Victims of Chronic Dating Violence: How Women's Vulnerabilities Link to Their Decisions to Stay. *Family Relations*, vol. 54, n. 2, p. 265-279. April, 2005.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir – Nascimento da prisão*. 2. ed. Trad.: Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1983.

FREUD, S. (1914). *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1921). *Psicología de las massas*. Madri: Alianza Editorial, 2000.

_____. (1927). *The future of an illusion*. New York: W.W. Norton & Company, 1961.

_____. (1930). *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

GOMES, P. B.; PORCHAT, I. *Psicoterapia do casal*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

HEILBORN, M. L. Homossexualidade feminina em camadas médias no Rio de Janeiro sob a ótica das gerações. In: VELHO, G.; DUARTE, L. F. D. (org.). *Gerações, família, sexualidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

HOBBSBAWN, E. J. (1969). *Bandidos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KEHL, M. R. (1987). *A psicanálise e o domínio das paixões*. In: CARDOSO, S. Os sentidos da paixão. 13ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LAMANNO, V. L. C. *Repetição e transformação na vida conjugal – a psicoterapia do casal*. São Paulo: Summus, 1993.

LEVY, L.; FÉRES-CARNEIRO, T. O aparelho psíquico grupal familiar: propostas clínicas. In: GOMES, I.C. (Coord.) *Família: Diagnóstico e abordagens terapêuticas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

LEWGOY, A. M. B. et al. *Marginalidade e controle social*. Porto Alegre: Secretaria da Justiça. Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul, 1991.

MAGALHÃES, A. S. *Transmutando a subjetividade na conjugalidade*. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal – arranjos e demandas contemporâneas*. p. 225-245. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

MANDELBAUM, B. *Psicanálise da família*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

MEYER, L. *Família: dinâmica e terapia – uma abordagem psicanalítica*. 2.ed. revisada e atualizada. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MODELL, A. H. *Amor objetal e realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

NÁSIO, J.-D. *A dor de amar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

PAIXÃO, A. L. *Recuperar ou punir?* Como o Estado trata o criminoso. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 21. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

PELLEGRINO, H. (1987) Édipo e a paixão. In: CARDOSO, S. et al. *Os sentidos da paixão*. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PELLEGRINO, H. *Psicanálise da criminalidade brasileira: ricos e pobres*. (1984). Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/pellegrinocriminalidadecsc.html>>. Acesso em 27 de set. 2007.

RAMALHO, J. R. *Mundo do crime*. A ordem pelo avesso. Glória: Edições Graal, 1979.

RIBEIRO, L. M. L. *O papel do conflito, da coerção e do consenso na estruturação da sociedade*. Ano VI, n. 60, ago. (2002). Disponível em: <<http://www.datavenia.net/artigos/papeldoconflitoercaoconsenonaestruturacaodasoc...html>>. Acesso em 26 de jun. 2008.

ROBERT, P. *Sociologia do crime*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

RODRIGUES, G. *Loucas de amor*. Mulheres que amam serial killers e criminosos sexuais. Porto Alegre: Ideias a Granel, 2009.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, vol. IV, n.2, p. 329-348, 2004.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SÁ, A.A. Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. *Revista IBCCRIM*. São Paulo, n. 21, p. 117-123, jan. 1998.

_____. *Criminologia clínica e psicologia criminal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

SARTI, C. A. *A família como espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

STERIAN, A. *Emergências psiquiátricas*. Coleção Clínica Psicanalítica. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TORRES, A. C. Amores e desamores – para uma análise sociológica das relações afectivas. *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.3, Nov. 1987.

VARELLA, D. Solidão bandida. *Folha de S.Paulo*. Caderno Ilustrada, p. E15, de 16 de fevereiro de 2008.

X. ANEXOS

Anexo 1

Roteiro para Entrevista Semidirigida

Sobre as questões pessoais:

Qual a sua idade?

Onde e com quem mora?

Como sobrevive financeiramente? (Trabalha? Em que?)

Possui filhos? (Deste relacionamento?)

Sobre o relacionamento:

Como você conheceu o seu companheiro? (Alguém o apresentou a você?)

Como foi o primeiro encontro?

O que a fez se interessar por ele? Por que o escolheu?

Há quanto tempo estão juntos? Houve separações neste período?

Há outra forma de comunicação entre vocês além do dia da visita? Por carta?

Por que você acha que ele gosta de você?

Como você descreveria seu companheiro?

Você já se relacionou com outro preso?

Como você considera a relação sexual?

Ocorrem constrangimentos durante a visita íntima? De que tipo?

Você conta para as pessoas sobre esta relação?

Como você se sente no dia a dia sem o companheiro? Como é vê-lo em dias restritos?

Quais as principais dificuldades enfrentadas na relação?

Já houve traição por parte de um dos dois?

Sente que as pessoas te vêm com preconceito por ser companheira de um presidiário?

Há outras mulheres na família que já tiveram este tipo de relacionamento?

Você tem contato com outras pessoas que estão ligadas à criminalidade? Há ou houve algum caso também na família?

Há planos para o futuro do casal? Quais?

Você imagina como seria a vida conjugal fora da prisão? Quais seriam as complicações e as vantagens?

Você pensa, ou já pensou, em desistir desse relacionamento?

Anexo 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Departamento de Psicologia Clínica – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Mello de Moraes, 1721 – Cidade Universitária – São Paulo – SP – 05508-030
Fones: (11) 3091-4173 e 3091-4910

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa “UM ESTUDO SOBRE A ESCOLHA AMOROSA DE MULHERES POR PRESIDÁRIOS”. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

Você também poderá não responder a qualquer uma das questões que lhe forem formuladas. Haverá a possibilidade de ser realizada uma revisão no texto, a fim exclusivo de sanar alguns erros de português e de digitação.

O material colhido nas entrevistas será destruído após a redação final da dissertação.

NOME DA PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLHA AMOROSA DE MULHERES POR HOMENS NA CONDIÇÃO DE PRESIDÁRIO

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Adriano Volnei Zago

ENDEREÇO: Rua Aquiles Jovani, 185 – ap. 24C – São Paulo - SP

TELEFONES: (11) 2334-6327 / (11) 8145-1791

ORIENTADORA DA PESQUISA: Profa. Dra. Isabel Cristina Gomes

OBJETIVOS: Fazer um levantamento das razões conscientes e inconscientes que fazem com que uma mulher desenvolva uma relação amorosa por um homem presidiário, de modo a analisá-las a partir de um referencial psicanalítico.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Ao concordar em participar da pesquisa, a voluntária terá de participar de uma ou mais entrevistas (gravadas ou não) para expor e conversar sobre a sua situação amorosa e também sobre a sua vida rotineira de modo geral. As entrevistas serão realizadas em lugar reservado e de privacidade, seja na residência da participante, se concordar, seja em outro local de concordância de ambas as partes. A pesquisa consiste em fazer um levantamento de dados para dar possibilidades de análise do conteúdo colhido, que será convertido na escrita de uma dissertação durante o período de curso do pesquisador (acima citado) no programa de Pós-graduação/Mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

RISCOS E DESCONFORTOS: Durante as entrevistas e durante a exposição dos aspectos pessoais da participante para o pesquisador, poderão ocorrer desconfortos, constrangimentos, riscos morais provocados no decorrer da pesquisa, de modo que um aconselhamento de apoio e um encaminhamento para um profissional qualificado serão os procedimentos adotados pelo pesquisador.

BENEFÍCIOS: Um dos benefícios indiretos que a participante da pesquisa terá decorrente da participação na pesquisa é a oportunidade de colaborar para um estudo de compreensão acerca do modo específico que ela desenvolveu acerca de seu relacionamento amoroso.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: A participante voluntária desta pesquisa não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação em entrevistas, sessão de estudos, etc. A participante da pesquisa também não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Haverá a garantia de sigilo da identidade da participante para assegurar sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, sendo que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Adriano Volnei Zago

Pesquisador Responsável

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____

RG _____ CPF _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada pelo pesquisador ADRIANO VOLNEI ZAGO dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento.

São Paulo, _____ de _____ de 2008.
